

CEDI - P. I. B.
DATA 16 / 09 / 86
COD. KQ / DQ 1

BOLETIM DO MUSEU DO ÍNDIO

ETNO-HISTÓRIA

N.º 1

MAIO, 1979.

A REPRESSÃO CONTRA OS BOTOCUDOS EM MINAS GERAIS

Sonia de Almeida Marcatto(*)

RESUMO: A autora tenta demonstrar a ascensão e queda de um povo durante um século - 1808 a - 1978 -, desde seus primeiros contatos com o homem branco, o "civilizado" - soldados, colonos, missionários - e o resultado de experiências como atração e pacificação dos genericamente chamados *Botocudos* do Estado de Minas Gerais, Brasil.

Os *Botocudos* sofreram um dos mais desumanos tratamentos por parte do homem civilizado - durante o processo de ocupação do interior - o *sertão*. Da metade do século XIX ao início do século XX a evidência histórica mostra quão brutal e violenta foi a repressão naquela região. Apesar desses fatos os *Botocudos* ainda vivem, e resistem.

*Conta parqui-
se para exatidão a ser
fornecida - Antropólogos
nem ao profano
fanta - como fã
Joana Recanto
15/10/79*

(*) Professora de Geo-História e Etno-História do Brasil da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda em Etno-História pela Universidade de Madrid.

Ao Professor Doutor Carlos de Araújo Moreira Neto, pelo estímulo de ontem, hoje e sempre; à companheira Maria Sonia Crenaque, pelo muito que com ela pude aprender de seu povo.

I — Introdução

Botocudo é nome genérico e com conotações pejorativas aplicado aos índios que ocuparam larga faixa do interior do leste e sul brasileiro e que hoje se reduzem a um punhado de remanescentes grupados em torno de PPII de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Tal designativo — Botocudo — aplica-se ao índio que tem como padrão de cultura o uso de *botoques* de madeira, auriculares e labiais, descritos por diversos autores do século XIX, Wied principalmente.

Segundo a classificação linguística de Aryon d'Almeida Rodrigues pertencem ao tronco *macro-jê*, sendo que os Botocudos de São Paulo, Paraná e Santa Catarina - *Xoklêng* e *Kaingáng* - são falantes de formas dialetais dentro da família Jê. Os Botocudos de Minas e Espírito Santo não são filiados em famílias e sim em dialetos, que correspondem às múltiplas fragmentações do grupo: *Naknanúk*, *Krekmin*, *Djiporóka*, *Bakuên*, *Pojitxá*, *Krenák*, além de haver designativos locais durante o processo colonizatório do século XIX, como *Aranã*, *Porokun* e outros.

Viviam em faixas florestais do Leste-Sudeste - Mata Atlântica e Zona da Mata, constituídas por floresta latifoliada tropical, adaptando-se a um meio onde os recursos de subsistência se constituíam basicamente de caça e coleta. A divisão de trabalho por sexo repousava sobre essa base, sendo que aos homens competia caçar e às mulheres e crianças coletar os mais diversos frutos, raízes e folhas. Nômades, cobriam ampla extensão daqueles territórios em pequenos bandos, daí não desenvolverem tecnologia apurada no tocante à elaboração de habitações e de implementos domésticos cerâmicos.

Os Botocudos viviam em completa nudez. Usavam, no entanto, ampla gama de adornos corporais - botoques, toucados, pulseiras, perneiras, colares -, incluindo-se a pintura, desconhecendo a tatuagem. Os homens usavam estajo peniano feito com folhas, enquanto que em outros era comum sujeitar o pênis verticalmente contra o abdomen, preso ao cinto abdominal. A tecnologia incluía o trançado e um alto apuro na elaboração de armas - arco e flecha.

Os bandos tinham cada um seu líder, bom caçador e guerreiro cabendo-lhe pôr cobro a querelas internas e comandar homens e mulheres nas lutas e disputas com bandos vizinhos. De maneira geral esses conflitos nasciam da violação de fronteiras entre as áreas de caça e coleta pertencentes a bandos diversos. Embora mutilassem os cadáveres de inimigos, é duvidosa a prática de canibalismo. Acreditavam em espíritos que habitavam o céu, outros que atormentavam os mortais, sendo que cada homem possuía não uma apenas, mas várias almas. Os espíritos se comunicavam com os homens por meio de outros especialmente protegidos, os *yikégn*, xamãs capazes inclusive de transformar-se em animais(1) ou sombras de animais. Na mitologia gozavam de importante papel os astros.

Tidos como índios violentos, antropófagos, traiçoeiros, implacáveis para com seus inimigos, incapazes de civilizar-se, sobre eles pesou com a maior violência o braço da repressão oficial e ofensiva durante todo o decorrer do século passado. São essas relações estabelecidas de dominador para dominado, na tentativa de integrá-los à força ao universo cultural luso-brasileiro ou então, baldados todos os esforços, exterminá-los, que serão abordadas no decorrer desse trabalho.

II — Histórico

A maioria dos autores identifica os Botocudos com os denominados Aimorés, Ambarés, Guaimurés ou Embarés, índios que não pertencendo ao tronco linguístico Tupi, eram designados pejorativamente como *Tapuias* ou bárbaros no século XVI. Tais índios entraram em permanente conflito com os colonos e indígenas seus aliados, e desde os primórdios da colonização constituíram-se no “inimigo público” número um das capitânicas de Porto Seguro, Ilhéus e do Espírito Santo. Gândavo, ocupando-se da descrição dos Aimorés do litoral baiano, diz textualmente:

“Estes Aimorés sam mais alvos e de maior estatura que os outros Indios da terra, com a lingua dos quaes nam tem a destes nenhuma semelhança nem parentesco. Vivem todos entre os matos como brutos animaes, sem terem povoações, nem casas em que se recolham (...) Estes alarves têm feito muito damno nestas Capitânicas depois que desceram a esta costa e mortos alguns Portugueses e escravos, porque sam mui barbaros, e toda a gente da terra lhes he odiosa: nam pelejam em campo nem têm anima pera isso: põem-se entre o mato junto de algum caminho, e tanto que alguem passa atiram-lhe ao coraçam ou a parte onde o matem, e nam despedem frecha que nam na empreguem” (2).

Além de frisar aspectos que destacam a *barbaridade* desses índios, o temor que despertam nos portugueses e lamentando não ter havido até o momento “remedio para destruir esta perfida gente”, conclui pela total incapacidade de esses índios deixarem-se amansar e escravizar:

“Sam finalmente estes selvagens tam asperos e crueis, que nam se pode com palavras encarecer sua dureza. Alguns delles houveram já os Portuguezes ás mãos: mas como sejam tam bravos e de condiçam tam esquiua nunca o puderam amansar, nem someter a nenhuma serviçam como os outros Indios da terra que nam recusam como estes a sujeitam do cativeiro” (3).

Por sua vez Gabriel Soares de Souza, referindo-se aos Aimorés, afirma serem descendentes dos Tapuias, descrevendo-os como gente bárbara e inimiga de todo o gênero humano:

“Não vivem êstes bárbaros em aldeias, nem casas, como o gentio, nem há quem lhas visse nem saiba, nem desse com elas pelos matos até hoje; andam sempre de uma para outra pelos campos e matos, dormem no chão sôbre fôlhas e se lhes chove arrimam-se ao pé de uma árvore, onde engenam as fôlhas por cima, quanto os cobre. Assentando-se em cócoras; e não se lhe achou até agora outro rasto de agasalhado(...) não pelejam com ninguém de rosto a rosto: tôda a sua briga é atraçoada (...) Comem êstes selvagens carne humana por mantimento, o que não tem o outro gentio que a não come senão por vingança de suas brigas e antiguidade de seus ódios. A capitania de Pôrto Seguro e a dos Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor dêstes bárbaros, cujos engenhos não lavram açúcar por lhe terem morto todos os escravos e gente dêles, e a das mais fazendas, e os que escaparam das suas mãos lhes tomaram tamanho mêdo, que em se dizendo aimorés despejam as fazendas, e cada um trabalha por se pôr em salvo...” (4).

Estava preparado o caminho para a repressão. Já que os Aimorés eram incapazes de receber de bom grado os benefícios da civilização e, mais ainda, recusando-se a aceitar o jugo da escravidão, tudo justificaria a guerra justa e de extermínio contra eles executada ao longo dos séculos. As represálias contra Aimorés/Botocudos se estenderam até a segunda metade do século XIX, levando-os à submissão e integração forçada em alguns casos e, na maioria das vezes, à extinção. Foram de tal sorte violentos os combates litorâneos na segunda metade do século XVII que os Botocudos se internaram no sertão dos rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce, tornando-se os senhores da Serra dos Aimorés e das zonas florestais contíguas.

A partir do início do século XIX as correntes migratórias se aprofundam em terras frequentadas pelos Botocudos, sendo frequentes as notícias sobre o *modus vivendi* e os conflitos desses índios com a sociedade luso-brasileira. Embora predominem idéias acerca de sua “ferocidade”, são comuns as menções ao seu caráter dócil, alegre, e à facilidade com que recebem as benesses da civilização quando tratados sem violência. Em dezembro de 1809 são assim descritos os Aimorés pelo regente da aldeia de Lorena dos Tocoios (rio Jequitinhonha), José Pereira Freire de Moura:

“Os Índios Botocudos Ambarés são certam.¹⁶ hua Tribu derivada, mas apartada dos Botocudos q. habitão os matos do Rio-doce. Eles tem a mesma lingoa pouco difere da Botocuda, sendo della hum dialecto. Os ornamentos dos botocuos no beicho, e nas orelhas, o serem antropofagos, não se lhe conhecer domicilio certo, andarem sempre em pequenas partidas para poderem subsistir; porq. vivem da caça e da pesca, não tendo o menor conhecim.to de cultura: tudo isto concorre p.^a se poder dizer com justeza q. são, ou fazem hua Tribu dos Botocudos”(5).

Há variados informes sobre as comunidades de Botocudos de Minas, Bahia e Espírito Santo, deixadas por viajantes e naturalistas europeus que percorreram o Brasil nos anos oitocentos, — Saint-Hilaire, Pohl, Spix & Martius, von Tschudi, Wied-Neuwied — sendo que o estudo mais completo e científico coube ao último citado na sua obra *Reise nach Brasilien in der Jahren 1815 bis 1817*. São também importantes as contribuições do engenheiro francês Victor Renault e do empresário e político brasileiro Teófilo Benedito Ottoni, além das descrições feitas por Guido Tomás Marlière a partir de sua própria experiência como diretor de índios em Minas Gerais (1824-1828). A partir de 1817 o nome genérico Botocudo vai cedendo lugar às denominações locais e regionais tais como Krekmún, Naknanúk, Pejaurum, Djiporóka, Krenak, Pojixá, Bakuên, Porohún, concentrando-se praticamente nos vales dos rios Doce e Mucuri. Ehrenreich (1887) subdivide os Botocudos — que à época de sua visita eram orçados em cerca de 5000 indivíduos — em dez bandos, a saber: *Naknenuk, Nak-erebã, Etwet, Takruk-krak, Nep-Nep, Nak-poruk, Arauan, Bakúes, Pampan, Nock-nocg* (6).

Ao findar o século XIX Botocudos não contactados ainda percorriam as matas do Rio Doce, principalmente a área limítrofe entre Minas e Espírito Santo. Atraídos pelo nascente Serviço de Proteção aos Índios (1910), para esses remanescentes foram criados os PPII de Pepinque e Pancas, abrigando Botocudos *Minhajirum* e *Djiporóka*. Para os *Krenak* foi estabelecido o PI. Guido Marlière em território de Minas Gerais, isto em 1920. Em 1911 von Ihering estudou os Botocudos da margem setentrional do rio Doce, subdividindo-os em três grupos: a) *Minhajiruns* do rio Pancas, na vizinhança de Colatina; b) *Botocudos de Natividade de Manhuaçu*, na barra do rio homônimo, divisa MG-ES; c) *Botocudos de Lapa*, em Minas Gerais, a 60/70 km., rio Doce acima, da barra de Manhuaçu. Em 1912 o inspetor do SPI para o Espírito Santo, Antonio Estigarribia, cita os seguintes remanescentes Botocudos (MG-ES): *Krenak, Gutecrac, Pancas, Minhajirun, Nak-berebê, Naknanuk, Incutrac*. Estudos mais recentes dos Botocudos foram feitos nesse século por Simoens da Silva, *A tribu dos índios Krenaks (Botocudos do Rio Doce)*, trabalho apresentado no XX Congresso Internacio-

nal dos Americanistas (1924), Fróes Abreu, *Os Índios Crenauques (Botocudos do Rio Doce) em 1926*, Nimuendajú, *Über die Botocudos* (manuscrito inédito de 1939) e Emmerich & Monserrat, *Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas Linguísticas*, de 1975.

III — A repressão contra os Botocudos de Minas Gerais (séc. XIX)

Os Botocudos de Minas Gerais, como se disse acima, ocupavam uma faixa territorial específica dos chamados Sertões do Leste, compreendendo os vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce, recoberta pela floresta latifoliada tropical. Tal região não veio a despertar a cobiça do civilizado a não ser a partir da falência da economia mineradora tradicional, quando então aquelas terras se abriram à colonização luso-brasileira (fins do XVIII, início do XIX). Para aqueles vales se dirigiram não só mineradores, à cata de pedras preciosas e ouro aluvional, como também foram devassados por uma frente agro-pastoril que se adensou a partir de 1850, além de terem sido palco para uma experiência de colonização europeia orientada pelos Ottoni, dentro do projeto da Companhia do Mucuri (1847/1860). De qualquer forma os Botocudos tentaram repelir esses invasores, mas toda resistência foi em vão.

A partir da chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808 começa realmente a definir-se o esquema de repressão a ser empregado contra os Botocudos de Minas Gerais. Aos nobres falidos e fugidos de Portugal seriam concedidas grandes porções de terras em áreas contíguas ao Rio de Janeiro, de modo que se tornassem grandes proprietários no Brasil. Na tentativa de deslocar elementos da sociedade nacional para o interior, como que cedendo lugar aos recém-chegados, deu-se início a uma política de colonização baseada em incentivos e concessões generosas de terrenos a todo aquele que se dispusesse a internar-se pelas florestas do leste. Interessava ao governo, principalmente, o desbravamento, colonização e navegação do rio Doce. Desejava-se, antes de tudo, fixar o homem à terra. Não se pensou, contudo, no indígena como real ocupante daquelas partes. Como a pacificação efetiva demandaria tempo e dinheiro, as medidas tomadas pelo governo para assegurar tranquilidade e segurança aos colonos foram essencialmente danosas e prejudiciais aos índios, mormente Botocudos.

A política de ocupação do interior foi, portanto, fundamentada em dois pontos que se completam em razão direta:

- 1 - conceder aos colonos todas as facilidades e privilégios no seu deslocamento e fixação ao longo dos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, incluindo-se até mesmo isenção de impostos durante determinado período, desde que as sesmarias fossem cultivadas conforme determinação legal;
2. afastar de todos os modos possíveis a ameaça representada pelos índios bárbaros e hostis, melhor dizendo, Botocudos.

Considerando-se tais propósitos, o príncipe-regente D. João declara guerra aberta aos Botocudos a partir de 1808, política de extermínio e de escravização que vigorará até o período regencial, quando então, por lei de 27 de outubro de 1831, será a legislação joanina revogada.

A política oficial indigenista, melhor dizendo, antiindígena de D. João está explicitada em Cartas Régias de 1808 e 1809, destacando-se a de 13 de maio e a de 2 de dezembro de 1808. Em resumo, a Carta Régia de 13 de maio, enviada ao governador da capitania de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Ataíde de Mello, parte das seguintes observações:

- a - os Botocudos do rio Doce entravavam o desenvolvimento regional e a interiorização dos migrantes luso-brasileiros;
- b - o modelo de comportamento Botocudo chocava-se frontalmente com o cristão-ocidental, constituindo-se num perigo permanente dada a rebeldia desses índios e sua determinação em não se integrar aos esquemas civilizados;
- c - os métodos *brandos* usados até então não tinham dado resultado positivo devido à resistência do indígena à dominação.

Dadas as circunstâncias o regente, deixando de lado a guerra defensiva, passa a determinar que se faça a *guerra ofensiva* contra os Botocudos do rio Doce, que só findará quando os comandantes se apossarem de suas aldeias e se certificarem de seu terror diante das armas do civilizado, pedindo a paz e "sujeitando-se ao doce jugo da Lei, e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis"(7).

Na referida carta dispunha-se sobre a criação de um corpo militar especialmente afeito ao assunto, constituindo-se as seis divisões militares e a *Junta da Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce*. Aos comandantes das seis divisões do rio Doce caberia a iniciativa da guerra ofensiva ou *guerra justa* contra os Botocudos, além da escolha pessoal dos soldados que se aplicariam a "esta qualidade de duro, e áspero serviço, e em número suficiente para formarem diversas bandeiras"(8). Tudo isso visando claramente, nas palavras do príncipe português, "a total redução de uma semelhante e atroz raça antropófaga"(9). Convém lembrar que os comandantes seriam responsabilizados pelos excessos cometidos pelos indígenas em sua jurisdição podendo, além de fazer-lhes guerra e exterminá-los, empregá-los em seu serviço durante dez anos ou *enquanto durasse sua ferocidade*. Como se trata aqui de uma interpretação subjetiva, o indígena passaria a ser um escravo de fato e de direito talvez pela vida inteira, desde que desse provas de conservar algum traço de sua primitiva "barbaridade".

Para estimular comandantes e soldados no tocante à guerra de extermínio e escravização, o regente ordenou que se pagasse um aumento de soldo proporcional aos serviços prestados nesse campo, o que incentivou inclusive o acirramento da *guerra justa* por qualquer motivo. Senão, veja-se o discurso contido nas determinações da Coroa:

"Ordeno-vos que a estes comandantes se lhes confira anualmente um aumento de soldo proporcional ao bom serviço que fizerem, regulado este pelo princípio que terá mais meio soldo aquele comandante que, no decurso de um ano, mostrar não somente que no seu Distrito não houve invasão alguma de índios Botocudos *nem de outros quaisquer índios bravos* de que resultasse morte de portugueses ou destruição de suas plantações, *mas que aprisionou e destruiu no mesmo tempo maior número que qualquer outro comandante*" * (10).

Em outras palavras, significa que o número de índio mortos e escravizados seria um elemento-chave na competição entre os diversos militares buscando aumento de soldo, e que, além do mais, a guerra englobaria não só Botocudos como quaisquer indígenas que se constituíssem em problema para o colono.

Para incentivar a migração de luso-brasileiros rumo ao vale do rio Doce propunha D. João, relativamente aos terrenos abrangidos pelas seis divisões militares:

"Igualmente vos ordeno que em todos os terrenos novamente cultivados, e infestados pelos índios, ficarão isentos por dez anos de pagarem dízimo em favor daqueles que os forem pôr em cultura de modo que se possa reputar permanente; que igualmente fique estabelecida por dez anos a livre exportação e importação de todos os gêneros de comércio que se navegarem pelo mesmo rio Doce, seja descendo para a capitania do Espírito Santo, seja subindo da mesma para a de Minas Gerais" (11).

A proposta de colonização contida na Carta Régia de 13 de maio é bastante clara, pois: o interesse maior é a fixação e prosperidade do colono, o que trará maiores lucros para a Coroa graças ao desenvolvimento da agricultura e do comércio numa região até então marginal, embora tudo se faça em detrimento da propriedade liberdade e vida do indígena.

Completando o conteúdo da lei anterior o regente, em Carta Régia de 2 de dezembro do mesmo ano e com o mesmo destinatário, dispõe especificamente sobre a utilização do índio aprisionado como mão-de-obra pelos colonos. Em primeiro lugar, os terrenos tomados dos Botocudos seriam considerados devolutos; em segundo, caberia aos comandantes das divisões e designação e demarcação de terrenos entre os colonos, responsabilizando-se os últimos, porém, pelo registro do título da sesmaria concedida; em terceiro seriam escolhidos, de acordo com o bispo de Mariana, "eclesiásticos virtuosos, inteligentes e zelosos do serviço de Deus e Meu, a quem possais encarregar e educação religiosa e civil do gentio que existe aldeado e do que for aparecendo, como aconteceu agora

* Todos os grifos no texto das Cartas Régias apresentadas no trabalho são da A.

com mais de quinhentos Paris, que se acham aldeados, e que vieram buscar a proteção e suave jugo das minhas leis''(12). Esses religiosos, além de receber pensão do Estado, perceberiam durante doze anos a renda do dízimo sobre os produtos agrícolas obtidos através do trabalho do índio aldeado.

Cada aldeamento teria terreno proporcional às necessidades dos aldeados e aos interesses comerciais em jogo. Isto porque o trabalho indígena serviria não só à manutenção da comunidade, como também à produção de excedente agrícola a ser comercializado pela autoridade local.

Criticava o regente o sistema de trabalho indígena até então em vigor. O Erário público nada lucrara com a civilização do silvícola, isto pela *natural indolência e pouco amor ao trabalho* demonstrado por ele, bem como pela *ambição das pessoas que, com o título de diretores ou outro qualquer, só têm em vista tirar partido de gente grosseira, rústica e pouco civilizada*'' (13).

Por isso mesmo, a fim de aproveitar o indígena a bem da civilização e preencher em parte a carência de mão-de-obra naquelas regiões, ao mesmo tempo buscando defender os cofres públicos dos gastos desnecessários, determinava: só se aldeariam índios quando se apresentassem em grande número, pois seria dispendioso manter aldeamentos pouco populosos e inexpressivos; caso os indígenas se apresentassem em pequena quantidade, seriam distribuídos entre fazendeiros e colonos locais. Relativamente à última alternativa os civilizados se encarregariam da educação, vestuário e alimentação desses índios, utilizando-se, em troca das despesas feitas, de seu trabalho. É a instituição de um sistema que, se pelo menos não foi igual, corresponde ao *repartimento* e à *encomienda* do sistema colonial espanhol.

Estabelecidas essas diretrizes, *nada mais poderia o índio exigir de seu patrão*, sendo ademais proibido a qualquer outra pessoa desencaminhar ou utilizar a mão-de-obra indígena em poder de terceiros, a não ser decorridos os anos estabelecidos como prazo (doze anos para adultos e vinte para menores de doze anos), findos os quais poderia *ajustá-los pelo jornal que lhe convier, tendo sempre a preferência o fazendeiro que os civilizou em qualidade de jornal*''(14).

Para melhor descaracterizar culturalmente os índios, aconselhava o regente que vivessem e trabalhassem lado a lado com caçats de portugueses ou europeus:

''Sou servido ordenar-vos que, quanto aos que vierem em maior número e forem aldeados, que procureis que no meio deles se estabeleçam famílias morigeradas e industriosas de portugueses, que possam viver com eles empregados em trabalhos e chamando-os assim ao conhecimento das utilidades que lhes hão de resultar de viver em uma regular sociedade, e de gozarem dos socorros com que os homens mutuamente se podem auxiliar, e procurar um maior grau de comodidades, que fazem a felicidade da vida humana''(15).

Ora, o indígena aldeado passava a enfrentar um duplo problema: o primeiro deles ocasionado pela mudança de uma sociedade tribal, organizada naturalmente, para uma vida societária artificial imposta; o segundo, nascido do convívio com colonos que funcionariam como instrumento de mudança cultural, por isso frisar-se o caráter de exemplo vivido e bem sucedido. Restava-lhe, portanto, a alternativa de submeter-se aos designios da Coroa e adaptar-se à nova vida que lhe era oferecida. Interessante notar que a utilização desse recurso, ou seja, a presença de elementos civilizados no seio da comunidade indígena, foi constante no decorrer do século XIX. A 28 de julho de 1809 foram dadas instruções para o aldeamento de índios *Puri* e *Xamixuna* no vale do rio Pomba onde, no item 6, pode-se ler:

''Procurará [o diretor do aldeamento] conseguir, que elles se instruaem no idioma Portuguez, uzando aprincipio de algum interprete, ou Lingoa para reciproca intelligencia, *econvidando para que se estabeleção no meio dos mesmos algúas Famílias de Portuguezes, industriozos, e morigerados*, e entre elles Officiaes, dedeverços Officios, *trazendo-os assim, ao conhecimento das utilidades, que lhes podem rezultar deiguaes applicaçoes**, e para que aprendão pouco a pouco, *aprocurar as Commodides, que fazem afelicidade da vida Humana*''(16).

O mesmo procedimento foi posto em prática, na segunda metade do século passado, pelos capuchinhos Serafim de Gorizia e Angelo de Sassoferrato, no aldeamento central de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri(17).

Tais são, em resumo, as medidas tomadas pela Coroa portuguesa no tocante ao problema indígena na capitania de Minas Gerais: extermínio e escravização para os rebeldes, deculturação e destribalização para os dóceis ou não-violentos. Se outros não teve, a legislação joanina teve pelo menos o mérito de ser declaradamente anti-indígena, ao invés de involucrar-se com a capa da pseudo-defesa do aborígine em nome de princípios cristãos, artifício tão em voga em leis anteriores e posteriores. O que se viu, a partir de 1808, foi uma orientação clara no sentido de reprimir quaisquer atos de provocação ou de defesa dos Botocudos — ou outros grupos quaisquer, desde que fossem problemáticos —, através da *guerra justa*, de matança deliberada e da escravização. No último caso juntava-se o útil ao agradável: aos colonos carentes de braços seria de grande valia essa mão-de-obra farta e grátis, cujo ônus repousava no compromisso de dar-lhe roupa, comida e algum gosto pela vida cabocla sertaneja.

* grifo de A.

A política relativa aos índios a partir de D. João teve eco, claro está, pelos próprios interesses da classe fundiária: alargamento das propriedades e afluxo cada vez maior de mão-de-obra. Não quer dizer, no entanto, que tenham deixado de existir seus opositores. Saint-Hilaire, por exemplo, não conseguia conceber que o indígena no Brasil, mormente Botocudo, fosse tratado da maneira como observara. Embora as cartas régias pregassem que o índio aldeado devia ser cativado pelo bom exemplo dos colonos, a realidade era outra. Eles, civilizados, eram os primeiros a viver dentro da indolência e da libertinagem. Como então fazer do índio um bom cristão e bom súdito? Percebendo argutamente os verdadeiros fins da política preconizada pelo regente, dizia:

“Ha Portuguezes que pretendem que jamais se poderá civilisar os Botocudos sinão distribuindo-os pelas habitações dos colonos; mas, pondo de parte a injustiça e a barbaridade desse dispersamento que não seria outra coisa sinão o restabelecimento da escravidão para esses Indios, é evidente que uma tal medida só tenderia a extinguir completamete tal raça, e, por conseguinte, é contraria aos interesses do Estado, ao qual tanto convem augmentar a população do districto. Deve-se, pois, deixar os Indios reunidos; mas não é dando-lhes por visinhos soldados, aventureiros e mulheres publicas que se poderá civilisal-os realmente, e fazer delles homens úteis”(18).

Considerava, contrariamente às disposições legais de 1808 e 1809, que o melhor sistema de “civilização” era aquele apoiado na religião como instrumento e no isolamento da comunidade como norma, caso contrário seriam baldados todos os esforços.

Da criação da lei joanina até sua extinção (1808-1831) passaram-se anos sombrios para as populações indígenas. Botocudas ou outras quaisquer. Acirra-se a violência, incentivada pelo poder constituído e agravada pela disputa das terras em áreas de ocupação recente. Somente a ação esporádica e isolada de certos homens, como o emigrado francês Guido Tomás Marlière, amenizou em determinadas áreas os conflitos entre índios e colonos, buscando dar aos primeiros alguma chance de resistência à opressão. Marlière, à época de seu trabalho junto aos indígenas do vale do Pomba e do rio Doce, (1813-1829), atenuou o impacto da civilização sobre muitos grupos considerados *bravos* e arredios, como os *Naknanúk* e *Krekmiún*. Mas isso não foi suficiente, dadas as pressões contrárias e os interesses em jogo. Os próprios soldados seus comandados, embora devessem reger-se dentro de uma linha de comportamento onde a *guerra justa* era um extremo e a civilização outro, mais se empenharam na primeira que na última.

A lei joanina garantia ao indígena aldeado o mínimo de terras onde pudesse viver. Sabendo-se, no entanto, que os colonos - latifundiários, pequenos proprietários ou os sem terra — não tinham

qualquer escrúpulo em se tratando de invadir e espoliar o patrimônio fundiário do índio, cuidaram as autoridades de expedir instruções aos seus subordinados no sentido de garantir aquelas terras. Só que a legislação era letra morta quando se tratava de defender o aldeado, embora cumprida à risca estando em jogo a defesa do colono. Quando, por exemplo, foi criada a povoação e aldeamento de índios Puris e Xamixunas, segundo instruções de 28 de julho de 1809, (aldeias de São João Batista, atual cidade de Visconde do Rio Branco) o item número três especificava que o comandante da divisão local deveria demarcar terras que bastassem ao número de índios aldeados. Em 1813 no entanto, o conde de Palma endereçava ao capitão Marlière instrução sobre como atuar naquela região, onde conflitos em torno de disputa de terras entre índios e civilizados tinham chegado ao seu conhecimento. Eram as seguintes as recomendações:

“1.º que se conservem os Portuguezes, que estando arranchados nas terras demarcadas aos Indios as obtiverão, por posse, ou compra (ainda que nellas) e não prejudicão, antes favorecem aos mesmos Indios.

2.º que sejam obrigados a restituir immediatamente as terras aos Indios aquelles, que não lhes satisfiserão, apesar de bemfeitorias, que tenham feito, salvo se preencherem as condições da compra.

3.º que apesar de possuirem terras pelos refferidos titulos de compra, sejam expulsos para fora das Aldêas, os que perseguem, e encomodão aos Indios, maltratando, ou destruindo suas plantaçoens e criaçoens.

4.º que os Portuguezes declarados facinorosos, e que commercio com as terras dos Indios, venhão a minha Presença, de baixo de prizão, para lhes determinar o destino, que me parecer conveniente.”(19)

Na verdade, por mais que se legislasse, ordenasse e recomendasse, a situação só se agravou para os Puris dos rios Pomba e Peixe. Isto porque, embora se dispusessem penas e castigos no papel, na prática mantinham-se as invasões do território indígena. O exemplo dado, sem se referir especificamente aos Botocudos, é válido também para esses índios. Mesmo as autoridades constituídas silenciavam diante dos desmandos dos colonos. Assim é que Marlière, escrevendo ao deputado João José Mendes Ribeiro em 1825, criticava o estado geral da civilização do indígena:

“Há 13 annos que grito aos successivos Governos, contra os matadores, oppressores e invasores das terras dos Indios nunca obtive se nao repostas evasivas. Devassas de encomenda, que não se verificarão. Ordens que ficarão sem execução e promessas do Regulamento e Direçoens, q’ nunca me vierão: Não se enforcou hum só matador de Indios; não se castigou a oppressão; não se restituiu hum palmo de terras”(20).

A partir do período regencial são tomadas medidas que afetam os destinos dos índios ao longo do Império. Em 1831, a lei que revogava a política anti-índígena joanina colocava o índio brasileiro na condição de órfão, sendo que a partir de 1833 os juizes de órfãos passaram a administrar os bens dos tutelados. Em 1834 o Ato Adicional, após anos de centralização monárquica, transferia para as assembleias legislativas provinciais a responsabilidade da catequese e da civilização dos índios, obedecidas as diretrizes do Estado. Mas é a partir do decreto n.º 246 de 24 de julho de 1845 que se definem as linhas básicas da política indigenista oficial. O *Regimento das Missões*, como é comumente chamado o decreto, entregou praticamente aos capuchinhos italianos o destino das comunidades indígenas brasileiras. Os Botocudos de Minas Gerais seriam, pois, atraídos pacificados e civilizados segundo a ótica missionária tradicional e as imposições do governo. Na essência tratava-se de conceder aos padres todos os poderes que visassem a integração do índio à sociedade neobrasileira. É promulgada em 18 de setembro de 1850 a lei n.º 601, a *Lei de Terras*, determinando a demarcação das chamadas terras devolutas do Império e exigindo-se quanto às mais que sejam "havidas por compra e que quaisquer propriedades sejam demarcadas e tituladas" (21), agravando-se o problema da terra indígena quando, a 21 de outubro de 1850, surge decisão do Ministério do Império mandando "incorporar aos próprios nacionais as terras dos índios que já não vivem aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa da população civilizada" (22).

Ora, considerando-se que o Regimento das Missões concedia aos capuchinhos plenos poderes no sentido de aldear e civilizar os índios, significava a prática a descaracterização étnica e cultural daquelas comunidades. Étnica porque se praticava a miscigenação como forma de fazer desaparecer o fenótipo índio no decorrer de algumas gerações; cultural porque os padrões tribais não eram considerados válidos. Considerando-se ainda que as terras indígenas não habitadas por *hordas selvagens* eram passíveis de incorporação ao Estado, demarcação e venda; que era de interesse dos civilizados a autosuficiência e posterior emancipação dos aldeamentos; que não havendo mais, em áreas abertas à colonização efetiva, a não ser *índios dispersos e confundidos na massa civilizada*, tudo se fez no sentido de levar o índio a descaracterizar-se compulsoriamente, fazendo-o adotar hábitos e atitudes de civilizado.

Se bem que não se possa falar, no caso, de repressão oficial violenta nos moldes da legislação joanina, pelo menos existe no Segundo Império uma repressão de ordem étnica e cultural. Talvez se a considere mais danosa, porque sutil. Não ficava bem ser índio. Por isso mesmo surgiram aqueles indígenas que renegaram suas raízes e preferiram ocultar sua identidade para melhor serem aceitos pela sociedade envolvente. É portanto essa uma forma política de dominação bastante eficiente e desintegradora. Senão, veja-se

o que escreveu o missionário Serafim de Gorizia em relatório de 1895, com relação ao aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri:

"Concorreu também a reduzir o número de índios a circunstância que uns se aliassem com brasileiras e vice-versa, por casamento religioso e mudaram-se para fora de Itambacuri, no interesse da família. Outros, depois de casados, ficam no Aldeamento, porém não querem mais ser considerados índios, mormente depois da infausta revolta de 1893. Tudo isto convém naturalmente ao Estado" (23).

Tais palavras refletem o ambiente em que se processou a deculturação dos Botocudos em Minas Gerais. Mal informados sobre o que fariam em território extra-europeu, intransigentes na defesa de comportamento congruente com o moralismo cristão de fim de século, os capuchinhos puseram-se em campo para executar a tarefa de descaracterização das sociedades tribais. Compactuando inclusive com a violência para conter Botocudos rebeldes (1893: revolta dos índios em N.S. do Itambacuri), só fizeram contribuir para o desaparecimento dos mesmos, embora movidos por piedosas intenções e fosse sua atuação louvada nos gabinetes do governo. Mas a culpa do fracasso das missões capuchinhas é muito mais do governo provincial de Minas do que dos padres, pois os ônus caíam todos sobre os missionários: para a catequese e a civilização, repetiam sempre os presidentes de província, a verba era mínima devido ao estado carencial dos cofres públicos.

Proclamada a República em 1889, o decreto número 7, de novembro, transferiu para os estados a responsabilidade da catequese e civilização dos índios. Nada mais se fez. Os Botocudos aldeados no Itambacuri seguiram seu processo de integração à sociedade envolvente, enquanto que os ainda errantes na área limítrofe Minas-Espírito Santo eram alvo de perseguições de toda sorte, por oferecerem perigo às vidas e propriedades dos colonos. Os *bugres*, como eram conhecidos na faixa do Mucuri, constituíam-se em pesadelo igualmente para engenheiros e trabalhadores da Bahia-Minas e da Vitória-Minas, sendo comuns os ataques e represálias de parte a parte. Por isso mesmo o jornal "O Mucuri", em 1905, chegava a sugerir que a única providência cabível, caso não desse resultado a reativação da catequese, seria o total aniquilamento dos Botocudos, matando-os e aprisionando-os a bem da tranquilidade pública (24). Devido às características etnocêntricas e às posições visceralmente contrárias à presença daqueles índios no vale do Mucuri, além da oportunidade de constatar-se o peso da repressão oficial, transcreve-se o seguinte trecho do "O Mucuri" de 13 de agosto de 1905:

"Ainda há pouco tempo o governo ordenou ao então delegado de polícia daqui, que organizasse uma expedição para prender e afugentar esses selvagens*, acudindo por esse meio às reclamações que lhe

* grifo da A.

chegaram e aos pedidos de providências contra repetidos ataques deles. A diligência se realizou e consta que a escolta, tendo ao cabo de cinco dias de internação na mata encontrado alguns deles, *fêz fogo sobre os que ali estavam, tendo morrido alguns e fugido os outros*. Parece, porém, que esse expediente para a eliminação desses índios não é o melhor aconselhado e até aqui não há produzido um resultado eficaz. A cada assalto que recebem das expedições contra eles organizadas, *respondem os bugres com novos e traiçoeiros ataques*, para realizá-los deixando apenas que passe algum tempo, de maneira a acharem mais desprevenidas e incautas as suas vítimas. *Os nossos selvagens são visceralmente vingativos e perversos*, guardam por muito tempo a lembrança do mal que lhes foi feito, dos companheiros mortos e *juram terrível vingança aos seus perseguidores*"(25).

É difícil conceber como, a despeito da existência de política oficial baseada na violência, na repressão armada e na descaracterização étnica e cultural, tenham os Botocudos sobrevivido até o século XX e que hoje os remanescentes Krenak se identifiquem como índios, conscientes embora da opressão de que foram e são vítimas.

IV — A repressão dos colonos contra os Botocudos

A partir da legislação joanina os incentivos oferecidos aos civilizados que se atrevessem a viver e trabalhar nas áreas florestais do leste, já se disse, aproximaram os Botocudos do colono-invasor. Em duas capitânicas os choques foram particularmente violentos: Minas e Espírito Santo. O colono, respaldado pela lei, não só escravizou o indígena como também eliminou, por todos os meios possíveis, contingentes inteiros daqueles índios. Segundo depoimento de Wied-Neuwied o medo era uma constante entre os moradores de vilas e povoações litorâneas do Espírito Santo — barra do rio Doce — até a Bahia — margem direita do rio Pardo, pois incurSIONAVAM com uma certa frequência até o mar, saídos da floresta contígua e atacando estabelecimentos civilizados. Por isso mesmo organizavam-se *bandeiras* contra os Botocudos, destruíam-se aldeias e aprisionavam-se os sobreviventes. Nessa guerra de extermínio não faltaram recursos como o de deixar pelas trilhas "roupas contaminadas com pústulas de varíola, a fim de que eles espalhassem entre os seus a terrível doença"(26).

Para que se aquilate até que ponto se desenvolveu a criatividade do civilizado em se tratando de matar o Botocudo, convém que se transcreva a seguinte passagem:

"As plantações de uma fazenda situada rio acima [rio São Mateus] eram comumente pilhadas pelos selvagens, até que o proprietário imaginou um meio curioso de livrar-se dos aborígenes hostis. Carregou um canhão de ferro, que havia na fazenda, com fragmentos de chumbo velho e ferro, adaptou-lhe um gatilho de espingar-

da, colocou-o na picada estreita por onde os selvagens costumavam vir em coluna, puseram um pedaço de pau atravessado na trilha, ligando-o ao gatilho por meio de um cordão. Os tapuias apareceram pelo crepúsculo e pisaram o pedaço de pau, como se esperava. Quando a gente da fazenda correu ao local para ver o resultado, encontraram o canhão arreventado e trinta índios mortos e mutilados, alguns ainda no lugar, outros espalhados pela mata. Dizem que os gritos dos fugitivos se ouviam a grande distância em redor. Depois desse horrível massacre, parece que a "fazenda" nunca mais foi incomodada pelos selvagens"(27).

Quando não agiam por conta própria, solicitavam os colonos providências do governo, sendo a mais eficiente a relacionada com o envio de soldados para a área em conflito. Para isso tinham sido criadas as divisões do rio Doce: manter os índios sob controle e permitir a colonização daqueles territórios. Assim, por exemplo, os representantes da câmara de Minas Novas e dos moradores das cabeceiras do rio Setúbal enviaram às autoridades militares em Ouro Preto uma representação, em 1825, onde solicitavam a presença de destacamentos militares que contivessem os Botocudos e que permitissem, graças à sua presença, "o aproveitam." das riquezas existentes nos Vastos Certões ainda ocupados pelos Índios Silvestres"(28).

Outro modo de "domesticar" Botocudos era roubar-lhes os filhos, vendê-los aos colonos por bom preço e assim fazer dessas crianças serviçais domésticos, dóceis e educados dentro dos padrões aceitáveis pelo mundo civilizado. Saint-Hilaire assim se refere ao comércio de meninos índios:

"Abusando de uma lei que dá dez annos da vida desses selvagens aos que os retirarem da barbarie para civilisal-os, arrieiros dirigiam-se ás margens do Jiquitinhonha; por um machado, por assucar, por um pouco de *cachaça*, decidiam os pais a separar-se dos filhos, e promettiam trazel-os de volta instruídos na nossa religião e sabendo trabalhar. Essas infelizes creanças eram levadas para fóra de sua patria por seus barbaros compradores, e vendidos nas diversas povoações do districto por quinze a vinte mil réis. Repetia-se, então, no Brasil o que succede na Costa d'África: tentados pelos preços por que os Portuguezes pagavam as creanças, os capitães Botocudos guerreavam-se para ter creanças a vender"(29).

Mas foi a partir do desbravamento do vale do Mucuri que o extermínio dos Botocudos se tornou o objetivo principal dos colonos, se bem que mascarado por eufemismos de toda espécie. A empresa de colonização dos Ottoni naquele vale demandava, para ter êxito, a pacificação de indígenas considerados até então hostis e arredios e cujas terras seriam ocupadas por um projeto bastante distinto da ocupação esporádica até então vigente nas margens do rio Doce. É por esse motivo que Teófilo Ottoni, de 1847 a 1860, busca

massas
de índios
para serem
fornecidos
para a
civilização

praticar um indigenismo empírico e ao mesmo tempo pragmático, já que a atração e pacificação daqueles Botocudos significaria a tranquilidade da empresa e de seus acionistas. Apercebera-se Ottoni de que os métodos utilizados até então só levavam ao acirramento das hostilidades entre colonos e índios (vide apêndice n.º 2).

Para o vale do Mucuri foram encaminhados colonos europeus - suíços, franceses, alemães - e até mesmo trabalhadores chineses, além de nacionais, despreparados no entanto quanto aos problemas e dificuldades daquelas paragens. O medo maior era o despertado pelos Botocudos antropófagos, logo minimizados pela atuação de Ottoni. Em 1856 o próprio Ottoni se jubilava com o fato de que alguns desses índios se encontravam *tão mansos como os cães*, no dizer de um de seus *capitães*:

“Essas cabildas de Índios antropófagos residentes na cordilheira da serra das Esmeraldas, e de que tão medonha pintura fazem todos os historiadores do Brasil, os descendentes dos ferozes Abatiras, e Aymorés estão, segundo a eloquente frase de um dos seus caciques, *tão mansos como os cães*.”

E as mesmas tribus do Urucú que assaltarão a minha comitiva em 1853, e que se recusavam obstinada e systematicamente a entrar em relações conosco, não podendo resistir às repetidas e incessantes provas de nossa benevolencia, se me apresentarão mansa e pacificamente nos dias 5 e 6 de Setembro” (30).

Teófilo Ottoni não desconhecia os métodos tradicionais empregados na repressão ao indígena nos rios Doce e Mucuri. Escrevendo a Joaquim Manoel de Macedo em 1858 relacionava ações como as que se seguem:

- a - cães especialmente treinados na caça ao Botocudo, alimentados inclusive com carne de indígenas assassinados;
- b - *bandeiras* especialmente preparadas para *matar uma aldeia*, assassinando-se indiscriminadamente homens, mulheres, velhos e moços, reservando-se apenas as crianças para o tráfico e alguns homens para carregadores;
- c - índios recrutados como soldados estimulados a cometerem violências contra Botocudos, dando prova de renegar suas origens;
- d - destacado lider da comarca de São Mateus, militar, como organizador de expedição contra indígenas do Espírito Santo, detentor da façanha de trazer como despojos trezentas orelhas de índios assassinados;
- e - comércio de crianças - 1 *kuruk* valendo 1 espingarda - e de cabeças de Botocudos mortos em combate - 16 delas foram vendidas a um francês, que disse tê-las comprado para o Museu de Paris em 1846;
- f - índios sob regime de trabalho escravo, espoliados de suas terras, doentes e mal alimentados;
- g - contaminação proposital de comunidades inteiras através de agentes patogênicos letais para o indígena - sarampo, por exemplo (31).

Se de início a Companhia do Mucuri despertou todas as expectativas nas rodas oficiais, logo depois se fez presente o fracasso do empreendimento, em *deficit* e necessitando, para manter-se, de fartas injeções de verba por parte do governo. Por isso o Império houve por bem colocar um ponto final nas atividades da empresa. Enquanto durou, os Botocudos do Mucuri tiveram um mínimo de amparo, pouco agredindo e pouco sendo agredidos pelos colonos. Mas o que interessa no caso é dizer que, a partir de um empirismo associado a uma mentalidade pragmático-capitalista, Ottoni tratou de desenvolver relações amigáveis com os Botocudos Pejaurum, Naknanúk e Djiporóka, entre outros, trocando-se brindes e agradimentos mútuos. Aproveitando-se da disposição e índole dos mesmos índios, os da companhia se utilizaram inclusive da mão-de-obra indígena nos trabalhos de infraestrutura, tendo sido bem sucedidos. Entretanto, retirando-se Ottoni, toda a situação de tensão e conflito tornou a emergir.

A violência contra os Botocudos acirrou-se a partir dos anos sessenta. Conhecida foi a atuação do colono europeu no que respeita ao extermínio de bandos inteiros. Até mesmo a figura do *burgreiro*, de triste memória nas áreas de colonização estrangeira no sul do Brasil, aí faz sentir a força de sua presença. Não constituiu fato isolado a omissão ou manipulação de informações da parte das autoridades: coniventes com os colonos, melhor dizendo, com os grandes proprietários, deixaram transparecer em escritos, falas, relatórios, a sua simpatia para com o europeu ou o branco, fator de progresso e de civilização, deixando de informar sobre a real situação do índio escravizado, espoliado, assassinado. A partir do momento em que as áreas do Mucuri e do rio Doce voltam a trazer dissabores às presidências da província, a correspondência para o Rio de Janeiro acentua a necessidade crescente de missionários nas zonas de tensão, única forma de solucionar tantos males (apêndice n.º 1).

A correspondência dos diretores gerais de índios apenas demonstra sua incapacidade para por cobro às violências contra os indígenas. Da mesma forma os presidentes da província se mostram descrentes quanto aos métodos de catequese e de civilização empregados, embora alguns se percebam de que as razões do fracasso não são aquelas habitualmente mencionadas, ou seja, a total incapacidade do indígena para absorver os benefícios da civilização devido à sua inferioridade mental. Pois autoridades houve que, ao invés de culpar o “selvagem”, denunciaram que a culpa das hostilidades desencadeadas no Mucuri após a extinção da empresa de Ottoni recaía sobre os colonos europeus. Assim é que o diretor geral dos índios da província, Antonio Luiz de Magalhães Mosqueira, em relatório à presidência de 30 de novembro de 1872, analisava a situação do Mucuri pós-Ottoni:

“Logo que este accordo sensato e bemfazejo deixou de existir [o pacto de não-agressão entre Ottoni, colonos e indígenas] pela retirada dos empregados da companhia, e que a população allema, avara em extremo, como sao todos os povos do norte da Europa, fazendo grande cabedal das pequenas plantações de suas charnecas, repellindo ao mesmo tempo com dureza aquelles selvagens, que alem de não conhecerem o que é - direito de propriedade - se julgão expoliados do seu paiz natal; como consequencia deste estado de cousas devia apparecer essa perene agitação e hostilidade entre os índios e colonos, aggravado ainda com os massacres de Monte Christo e ribeirão das Lages”(32).

Na verdade a situação chegara a tal ponto que eram frequentes as matanças no decênio 1860-1870. O próprio diretor parcial de índios do Mucuri, Augusto Benedicto Ottoni, solicitara ao diretor geral, a 13 de junho de 1870, sua exoneração do cargo que ocupava, devido à falta de segurança na área (apêndices n.ºs 3 e 4). O diretor geral dos índios Magalhães Mosqueira, em relatório de 13 de julho de 1871 enumerava os massacres havidos contra os Botocudos: 1862, São Miguel do Jequitinhonha, mais de 30 índios mortos na bandeira capitaneada pelo subdelegado de polícia e pelo diretor da 1.ª circunscrição de índios, Joaquim Martins Fagundes; 30 de agosto de 1868, na fazenda do Monte Cristo; 30 de junho de 1870, massacre da tribo do “capitão”, Potón, (segundo Ottoni, foram mortos 41 indivíduos de ambos os sexos entre homens, mulheres e crianças) (apêndice n.º 5) planejado e levado a cabo pelo comandante da Colônia Militar do Urucu(33); O que mais espanta é saber que o próprio diretor da 1.ª circunscrição de índios, Martins Fagundes, tinha sido contratado por um fazendeiro por 1.000\$000 (um conto de réis) para acabar com os Botocudos seus vizinhos. Diante desse quadro o diretor geral, impotente para resolver a questão, tinha igualmente solicitado sua exoneração de um cargo por ele considerado *espinhoso e difficil* (34).

Enquanto que toda e qualquer agressão dos índios contra os colonos era mencionada e tornada pública, os massacres efetuados pelos civilizados eram omitidos e os seus autores não eram punidos. Um simples roubo realizado pelos Botocudos bastava para que logo viesse a represália, o governo era chamado a tomar providências. Em correpondência para o presidente da província o diretor geral dos índios narrava:

“O officio do Director das Colonias João de Carvalho Borges Junior é de 1.º de Maio, no qual se queixa que em 26 de Abril foi o colono Godfredo roubado pelos Indios em suas plantações e que não satisfeitos levarão tambem uns pregos que encontrarão nas paredes de um rancho, tendo alem disso os mesmos selvagens deixado na sua retirada em todo o caminho por onde passarão, grandes estrepes de ta-

quaras, felizmente não envenenadas, das quaes forão victimas João Busman e Luiz Reinech, sem consequencia grave porque forão soccorridos, isto é, forão os estrepes tirados immediatamente pelo facultativo do lugar. O Director das colonias pede providencias para obstar a este estado de couzas, bem como a punição d’estes attentados praticados pelos selvagens contra a propriedade dos colonos”(35).

Não admira, diante do quadro traçado, terem sido os capuchinhos Gorizia e Sassoferrato vítimas eles próprios da violência e má vontade desses colonos a partir da fundação do aldeamento de Nossa Senhora do Itambacuri. Os latifundiários foram os primeiros a demonstrar sua oposição, pois o estabelecimento de Nossa Senhora do Itambacuri era um entrave aos seus planos de fazer trabalhar aquela gente inútil, ainda mais que os dias da escravidão negra estavam contados. Também os marginais de toda ordem que encabeçavam bandos de Botocudos, incitando-os ao roubo e à pilhagem - o civilizado criminoso impunha-se aos índios e fazia-se respeitar pela intimidação e pela violência física - se sentiram ameaçados pela presença dos missionários na região, sem contar os colonos que viam no “selvagem” o inimigo de sempre. Resumindo, o indígena era uma ameaça à propriedade e por isto devia ser eliminado. Ao longo dos anos os capuchinhos sofreram as mais diferentes pressões contra sua obra no Mucuri, principalmente da parte de latifundiários e *caciques* políticos locais e cuja influência chegava à Assembléia Legislativa Provincial. Basta dizer que em 1888, com mais de mil índios aldeados em Itambacuri, a câmara municipal de Teófilo Ottoni apresentava requerimento em sessão ordinária de 16 de abril em que se solicitava a *emancipação* do aldeamento, contra a qual muitos homens públicos ergueram a voz, como é o caso do diretor da 3.ª circunscrição, Antonio Onofre. A emancipação do Itambacuri tornou-se assunto polêmico entre as facções políticas regionais, estando em jogo poder e prestígio. Em officio ao diretor geral dos índios, Manuel de Paula Ferreira, os missionários assim entendiam o fato:

“Ilmo. e Exmo. Senhor.

Recebemos, neste momento, em particular, a grave, desagradável e muito prejudicial noticia de que a Câmara Municipal de Filadélfia, na cidade de Teófilo Ottoni, está exarando a proposta a ser enviada a Exma. Presidência da Província de Minas em Ouro Preto da emancipação deste Aldeamento Central de Índios do Itambacuri.

É, portanto, de nossa obrigação prevenir ao Exmo. Governo e pedir-lhe submissamente que a impeça por ser *prematuro*, podendo aqui causar perturbações e a dispersão geral dos numerosos índios e dos civilizados com eles aliados com imenso prejuizo do país, visto como este estabelecimento está fundado e colocado em território neutro com

vertentes próprias e só sujeito ao Govêrno, estendendo-se cada vez mais pela florestas virgens e que, agora, pelo favor e auxílio do mesmo Govêrno, começa a se desenvolver de modo extraordinário. A razão pela qual é continuamente hostilizado e contrariado é a certeza do seu esplêndido futuro que, desde já, se entrevê. Agora deu motivo à sobredita proposta de emancipação a simples circunstância de que a *direção do Aldeamento não quis proteger um mui seguro Regatão*, o qual parece aspirava tirar a si e fazer próprio todo o lucro e interêsse material do mesmo aldeamento. Deus Guarde V. Ex.^a por longos anos. Frei Serafim de Gorízia, Diretor. Frei Ângelo de Sassoferrato, vice-Diretor”(36).

Na verdade o que estava em jogo era o índio e sua terra, não a obra dos padres. Os conflitos tinham-se tornado constantes entre colonos e Pojixá, principalmente, visto não aceitarem esses Botocudos o jugo civilizado. Quando Gorízia em 1884 conseguiu acercar-se desses índios e fazê-los compreender que vinha em paz, resolveu-se em levá-los para Filadélfia. O povo que veio recebê-los, no entanto, “não escondia o ódio e a vontade, se fôsse possível, de linchá-los”. Aquela gente planejou assassiná-los durante a noite, “a fim de vingar os crimes por eles praticados no passado”, (37) o que só não aconteceu porque os Pojixá, desconfiados, fugiram do abrigo que lhes fôra destinado. No ano seguinte, 1885, foram os Pojixá emboscados na fazenda da Liberdade, de Leonardo Esteves Ottoni, tendo sido mortos na ocasião - 3 de outubro - trinta e oito indígenas:

“Cruelmente dizimados, os Pojichás fugiram pela mata a dentro, embrenhando-se na encosta dos montes Aimorés, divisa da Província, onde se juntaram a outros índios seus vizinhos, por terem ficado no desamparo, com a morte dos homens, grande número de mulheres e crianças”(38)

Pouco tempo depois os Pojixá voltaram e foram aldeados. Conseguiram manter uma relativa paz com os habitantes de Itambacuri e os outros índios aldeados. Em 1893, vitimados os índios por uma epidemia de sarampo - segundo alguns de origem criminosa - revoltam-se eles contra os padres e destroem a missão. Organiza-se em represália uma expedição punitiva que deixa um saldo de cerca de trezentos índios mortos. Pior que tudo, a repressão tinha sido organizada pelos próprios capuchinhos. Eis como Sassoferrato narra o acontecimento:

“Tão tristes sucessos acabrunharam sobremaneira os dois missionários, e subiu ao auge da dor e do constrangimento o ânimo dêles, *quando se viram na dura necessidade de organizar uma expedição de homens bem armados e bem providos de tudo para combater os índios emboscados e em guerrilhas*”(39)

Depois desse massacre despovoou-se o vale do Mucuri e o do rio Doce de índios. Os poucos que restaram se refugiaram em áreas de difícil acesso, atacando vez por outra os colonos. Nessa guerra de guerrilhas distinguiu-se o líder Botocudo Vackman Pojichá, na área do rio São Mateus, e o grupo do “capitão” Nazareth, na zona de Linhares. Em 1909 o filho do barão de Aimorés, Eleosipo Rodrigues da Cunha, fôra flechado em sua fazenda de Nova Venécia(ES). Ao ser fundado o Serviço de Proteção aos Índios, melhor dizendo, a inspetoria do SPI no Espírito Santo, Nazareth e seu grupo foram instalados no Posto de Pancas. Nos anos vinte os Botocudos de Pancas, mais de duas centenas, morreram todos vítimas de sarampo. O bando liderado por Vackman já não existia mais: anos antes fôra trucidado por um grupo de civilizados especialmente saídos de Filadélfia para esse fim.

A partir de obras deixadas por diversos autores do século passado pode-se estabelecer a diferença acentuada entre os contatos de índios Botocudos e civilizados nas diferentes partes de Minas Gerais. Se por exemplo as relações primam pela hostilidade aberta e violência no vale do rio Doce e Mucuri, as verificadas na zona do Jequitinhonha mostram-se predominantemente pacíficas. Isto porque nesta última área a própria política preconizada pelo regente D. João - escravização e extermínio - foi substituída pelo conde de Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º conde dos Arcos, governador da Bahia de 30 de setembro de 1810 a 26 de janeiro de 1818) por relações de tolerância e não-agressão, o que veio a beneficiar não apenas os indígenas como também os civilizados. Os colonos brancos, caboclos e mulatos puderam aproveitar-se do trabalho desses Botocudos sem necessariamente submetê-los à escravidão. As relações de trabalho, *grosso modo*, podem-se classificar em:

- 1 - esporádicas e permanentes;
- 2 - trabalho escravo e trabalho livre;
- 3 - trabalho ancilar doméstico e agrícola sistematizado;
- 4 - trabalho adulto e trabalho infantil.

As relações esporádicas se desenvolveram em todas as frentes pioneiras onde Botocudos e civilizados não mantiveram atitudes hostis continuadas. O aparato tecnológico ocidental e sertanejo serviu como elemento positivo de atração e de engodo. Trabalhava-se em troca de açúcar, sal, farinha, facões, espelhos, tesouras, roupas, o que não distingue essas relações das mantidas entre índios e brancos no Brasil quinhentista, apoiadas no escambo e na contribuição “voluntária” do trabalhador indígena. Atuavam os índios como remeiros, coletores, caçadores, pescadores, guias, mateiros.

“Como a maioria dos Portuguezes estabelecidos às margens do Jiquitinhonha não possuiu escravos, utiliza-se dos Botocudos, que, pela menor retribuição, por um pouco de alimento, por algumas vestimentas grosseiras, prestam já muitos serviços. Esses Índios carregam fardos, vão buscar água ao rio, vão procurar lenha, etc.”(40).

Empregando-se como mão-de-obra de colonos e fazendeiros locais, os Botocudos do Jequitinhonha tanto recebiam em dinheiro quanto em espécie, se bem que esta última fórmula fosse a usual. Em pouco tempo as relações de trabalho funcionavam como agente de descaracterização cultural:

“A tribo de Tujicarâma estava, como a de Joahima, inteiramente familiarizada com os Portuguezes. Por uma ligeira retribuição de alimentos ajudava de tempos em tempos os colonos da vizinhança, e alguns dos indivíduos que a compunham já sabiam alguma coisa de portuguez. No momento em que a encontramos, essa tropa regressava de trabalhar na habitação de um lavrador, e recebera espigas de milho em pagamento.”(41)

As relações permanentes se davam entre Botocudos já bastante acostumados - forçada ou espontaneamente - ao convívio com o civilizado, encontrando-se muitas vezes na condição de *integrados* ou em *contato permanente* com a sociedade nacional. Foram frequentes na zona do Jequitinhonha, mais por imposição da própria estrutura econômica - pouco significativo o número de negros escravos, descapitalização dos proprietários - do que por uma aceitação generalizada do índio como mão-de-obra. Nesse caso equiparava-se o trabalhador índio ao camponês nacional, estando embora, ambos, na faixa que caracteriza o subemprego.

Os escravos Botocudos de direito nascem a partir da ordem instituída pelas cartas régias joaninas, que preconizam a escravidão como necessidade e a disciplinam, como se viu. Embora por dispositivo legal era passível de escravidão o Botocudo que fosse colhido nas malhas da *guerra justa*, a amplitude de interpretações do termo a bel prazer do executor da lei justificou todos os abusos cometidos. O índio permaneceria escravo enquanto durasse a sua “barbaridade”, outro conceito bastante elástico e manipulável, porque subjetivo, largamente utilizado para que o escravo assim adquirido permanecesse escravo durante toda a vida. A partir da revogação da lei joanina o que se viu foi o índio de modo geral e o Botocudo em particular transformados em escravos de fato. Convertê-los em escravos de maneira a não comprometer a política indigenista do Império foi bastante comum, sob o disfarce de prestarem “voluntariamente” sua contribuição como trabalhadores, porém sem nada receber do patrão a não ser roupa e comida, sem possibilidade de reivindicar direitos. Essa atitude era bastante cômoda para as autoridades locais, cujo poder inclusive se apoiava em relações paternalistas e de complacência para com a gente humilde, para com os afilhados, as *crias da casa*, embora coniventes no tocante à exploração do índio como mão-de-obra: fechavam os olhos frente aos desmandos dos latifundiários, aqui se incluindo castigos corporais, trabalhos forçados e espoliação de terras.

O trabalho ancilar ou doméstico era atividade em que se empregavam mulheres e crianças. Constituíam, ao lado dos *moleques* e *mucamas* da área de escravidão negra, o séquito dos latifundiários ou então a criadagem mínima e essencial dos moradores das vilas e cidades. Saint-Hilaire declara que, em obra impressa em 1822, podia-se ler o número de Botocudos empregados nas localidades de Chapada, Fanado e São Domingos, orçados entre seiscentos e setecentos(42). Sistema compulsório de trabalho, era comum verem-se as mães índias auxiliadas nos serviços pela prole, onde as relações entre “empregador” e “empregado” também se marcavam pelo paternalismo. O grosso da mão-de-obra era obtido nas áreas periféricas dos centros urbanos, onde se concentravam esses indígenas identificados com o *modus vivendi* caboclo e tendo muito pouco de índios, a não ser o fenótipo.

Quanto ao trabalho agrícola sistematizado era função preferentemente masculina. A própria Diretoria Geral dos Índios da província tinha ordens precípua da presidência para atender às necessidades imediatas de lavradores e fazendeiros em áreas carentes de mão-de-obra, através da cessão de trabalhadores índios mediante contrato entre as partes. Tal contrato se baseava em direitos e deveres recíprocos, cabendo ao dono das terras o pagamento do jornal estabelecido, o fornecimento da alimentação. O comum, no entanto, era o descumprimento do acordo, transformando-se os indígenas em virtuais escravos, explorados em seu trabalho e ocupadas suas terras.

A respeito da última forma de trabalho, o infantil, esclareça-se que as crianças botocudas - *kuruks* -, de ambos os sexos, foram vítimas de um dos processos mais violentos de exploração. Pessoas interessadas no comércio de meninos Botocudos iam à aldeia ou *kiryême* e, custas de bebida ou presentes os mais diversos obtinham dos pais a permissão de levá-los consigo. Ao chegar às cidades, aldeias e fazendas vendiam a mercadoria por bom preço, que se transformava em escrava virtual de seus compradores. Em suma, mão-de-obra barata e prestante, com a vantagem de cobrir seus protetores com as virtudes do amor ao próximo e do desprendimento cristão, preocupados que estavam em salvar aquelas almas infantis da barbaridade e do paganismo. Viajantes europeus que percorreram território Botocudo não deixaram de *comprar* alguns desses espécimes. Vicente, um Botocudo recebido como oferta por Pohl, foi trocado por facas, farinha de milho, carne seca, sal e fumo(43); uma indiazinha de doze anos foi dada a Saint-Hilaire, que presenteou os pais e a tribo com facas e colares de vidro(44).

As relações de trabalho assim colocadas foram causa eficiente de destrabalização pelo atrativo que exerciam sobre aquelas comunidades os bens de consumo produzidos pela civilização. Assim

os Botocudos e os demais índios se viram destruídos, decultu-
rados e integrados gradualmente a um mercado sertanejo, mas sem
condições de produção satisfatória dentro da própria economia re-
gional. Daí a sobrevivência difícil, desqualificados que eram, em
muitos casos tornados quase párias sociais. A bebida se tornou re-
fúgio para alguns, bem como outras atitudes tidas como anti-so-
ciais. As razões desse comportamento, no entanto, quase não são
perqueridas. Tem-se como fato consumado o Botocudo estereó-
tipo - preguiçoso, violento, inconsequente, ladrão -, embora em
muitos casos a literatura afirme justamente o contrário.

Não espanta a permanência do estereótipo negativo* aplicado
ao Botocudo na segunda metade do século XIX. Isto porque a pró-
pria intelectualidade assim pensava, não se remetendo à constata-
ção dos fatos determinantes daquela adjetivação e sim reforçando
o quadro através mesmo da divulgação científica. Exemplificando,
dois eminentes representantes da ciência, através de trabalho so-
bre raças indígenas no Brasil, chegam a referir-se aos Botocudos
nos seguintes termos:

“Alguns, de índole bravia e indomáveis, têm resistido
a todos os meios de catechese, e fugindo diante da civilisa-
ção internam-se cada vez mais no coração das florestas; ou-
tros, mais docéis e mais acessíveis, vão se deixando con-
duzir ao gremio da religião christã e abandonando, pouco e
pouco, os habitos e costumes da vida selvagem. São estes
últimos que formam os diversos aldeamentos que se encon-
tram no norte da província de Minas, onde elles obedecem á
voz de um chefe ou de um missionário. São elles geralmente
*indolentes, pouco amigos do trabalho, de um character excessiva-
mente desconfiado, vingativos, e sustentam-se, uns com os produc-
tos da caça, outros com os productos da pesca*”. (45)**

Seria de estranhar, pois, que sob condições tão adversas de
envolvimento com o civilizado, de sobrevivência dificultada dia a
dia, inferiorizados como pessoas e discriminados, tivessem os Bo-
tocudos resistido à mudança e permanecessem numericamente ex-
pressivos até o século XX. Resistência à dominação, entretanto,
não lhes faltou.

* Segundo Willems, as representações coletivas ou estereótipos são “uma cate-
goria de representações cuja existência não se explica pelas experiências do indiví-
duo. São idéias, imagens ou valores que o indivíduo encontra feitas e de que é
apenas portador e divulgador. São chamados estereótipos porque são relativa-
mente uniformes nos diversos indivíduos que integram o grupo, caracterizando-
se, além disso, por uma notável persistência na sucessão das gerações”. (E.
Willems, *Assimilação e populações marginais no Brasil*, 1940:168).

** Grifo da A.

Que métodos foram por eles empregados para resistir ao avan-
ço civilizado é o que se verá a seguir:

- 1 - auto-destruição individual e grupal - suicídio como et-
nia, negação de seus próprios valores. A diminuição da
prole testemunha o conflito entre permanecer índio ou
ser escravizado, além da opção de morrer resistindo.
Do conflito nasce a perda de individualidade, a falta de
perspectivas num futuro mesmo que próximo;
- 2 - recusa em estabelecer contato com o homem branco, *ji-
rum*, dele fugindo e evitando a todo o custo sua proxi-
midade;
- 3 - não-violência e aceitação dos padrões impostos para so-
breviver fisicamente. Deculturando-se e “integrando-
se” ao mundo civilizado evitaram o extermínio total,
mas a sociedade envolvente passou a estigmatizá-los
como fracos e covardes;
- 4 - resistência armada: desenvolvimento e aperfeiçoamen-
to de táticas de guerrilha, emboscadas. Resistir até a
morte tornou-se o lema de muitos bandos Botocudos,
pois tomados como escravos teriam destino pior. Con-
stituíram-se nos chamados índios-problema, cuja solu-
ção seria a guerra de extermínio, o *matar aldeias*, a con-
taminação proposital com germes letais, o espingardea-
mento puro e simples, a emboscada. Os habitantes de
Minas Gerais granjearam inclusive fama na caçada ao
Botocudo, como diz Wied:

“Em geral, os mineiros (ou habitantes de Minas Gerais)
são considerados os melhores caçadores de selvagens, por-
que estão familiarizados com esse modo de vida e com as
guerrilhas nas florestas, sendo, além disso, um povo audaz
e impetuoso”(46).

Logo os indígenas em Minas Gerais foram divididos, segundo
a ótica do colonizador, em *recuperáveis* e *irrecuperáveis*. No primeiro
caso contavam-se aqueles que, através de sucessivos contatos com
frentes pioneiras, tinham perdido sua *natural agressividade*, sub-
stituindo-a por atitudes de conformismo e inércia. Isso ocorreu com
frequência com os Coroados, Koropó, Monoxó, Malali. Muitos de-
les, como os Maxakali, foram utilizados na repressão aos Boto-
cudos rebeldes. É sabida a história de que os Maxakali levaram
para suas aldeias no Jequitinhonha Botocudos como escravos,
após choques bem sucedidos entre índios e civilizados. Quando foi
estabelecida a 7.^a Divisão Militar do Jequitinhonha, reuniram-se na
sede - São Miguel - os Maxakali dispersos pelas casas das vizinhan-
ças, com a finalidade de se utilizar a tribo, caso houvesse necessi-
dade, na guerra contra os Botocudos(47). Acirravam-se dessa ma-
neira as rivalidades pré-existentes entre os diversos grupos indíge-
nas de Minas Gerais, dividindo-os para melhor dominá-los.

Não só as rivalidades ancestrais entre os diferentes grupos indígenas Maxakali, Puri e Botocudo contribuíram para a falta de unidade e conexão dos mesmos diante do inimigo comum, o civilizado, como também o próprio modo de ser e viver dos Botocudos - nomadismo, fragmentação em pequenos bandos obedecendo a diversas lideranças - foi incapaz de permitir uma ação coesa diante do assédio e pressões da sociedade envolvente. Daí as iniciativas isoladas: atacava-se aqui e ali uma fazenda, matava-se o gado, eliminava-se uma família invasora e logo se organizava uma expedição para exterminá-los. As dezenas de bandos errantes não podiam permitir-se técnicas mais apuradas, em muitos casos, do que a emboscada. Nisso se tornaram famosos, representando o terror do Mucuri e do rio Doce. Quando então traziam à testa do grupo um líder guerreiro, como por exemplo Vackman Pojichá, tais lideranças eram capazes de fomentar atitudes de resistência mais acentuadas e causar problemas para os civilizados. Nesse caso ou se eliminava o "capitão" ou se comprava sua aliança. A experiência mostrou que alguns desses líderes - formais ou não, naturais ou impostos - foram extremamente úteis ao poder se suficientemente trabalhados. Tornavam-se, melhor dizendo, agentes e difusores entre os seus das vantagens de uma vida sedentária dentro dos moldes civilizados. Um dos exemplos mais conhecidos é o do Botocudo Guido Pockrane, braço direito de Marlière. Após prestar sua colaboração ao emigrado francês por algum tempo, retirou-se para a área do rio Manhuaçu, constituindo aldeamento à feição civilizada e para lá atraíndo Botocudos. O certo é que, fiel aos padrões que lhe foram transmitidos, fê-los trabalhar em atividades agrícolas, impôs-lhes regime de caserna, e, para levá-los à obediência, não teve escrúpulos em lançar mão de açoites, castigos morais, prisão. Fez da sua uma comunidade ordeira e trabalhadora, conforme testemunham autoridades da época, sob os aplausos da platéia civilizada:

"O que é mais e o que mostra ter este índio nascido para mandar e dirigir, é que ele exercia toda influencia possível sobre os índios de sua aldeia; compellia-os com castigos efficazes e oportunos a darem-se ao trabalho, e era obedecido: quando assim procedia dizia aos brasileiros que os índios são m.^o preguiçosos(48)".

Tais foram, resumidamente, os passos percorridos pelos índios Botocudos no decorrer do século XIX. Cabe em seguida avaliar a situação dos remanescentes Botocudos no século XX, mais precisamente, dos índios Krenak do vale do rio Doce.

V — Remanescentes Botocudos em Minas Gerais no século XX.

A população remanescente derivada dos Botocudos se faz representar em Minas Gerais, no momento atual, pelos Krenak. Os demais grupos que conseguiram sobreviver até o século XX, todos Botocudos, foram desaparecendo ao longo da primeira metade do século e hoje são dados como extintos.

As notícias sobre o grupo Krenak, originalmente vivendo no vale do rio Doce, na zona fronteira Minas-Espírito Santo, começam a surgir a partir do início do século XX. Os estudos relacionados com esses índios não se destacam pela quantidade, mas possuem valor bastante acentuado, vistos em conjunto, por partir da observação *in loco* de um grupo desde os contatos iniciais com a civilização (contato intermitente) até seu estágio final de descaracterização cultural, partilhando o universo caboclo e tendo muito pouco de seu, como se verá. Dentre os trabalhos científicos e relatórios destacam-se:

Walter Garbe, 1909: fotógrafo, documentou de março a maio e cotidiano dos Botocudos do rio Doce, deixando material fotográfico de excelente qualidade técnica e documental, além das notas etnológicas. A partir de sua pesquisa entre os Botocudos o cientista Hermann von Ihering publica trabalho na Revista do Museu Paulista VIII, 1911, incluindo-se o material fotográfico das pranchas II a VI, intitulado *Os Botocudos do Rio Doce*. Há a informação de que o "capitão" dos Botocudos da Lapa, Minas Gerais, se chamava *Crenac*.

Antonio Carlos Simoens da Silva, 1909: apresentação de trabalho, em setembro de 1909, sobre os Krenak, no Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia (Rio de Janeiro).

Antonio Martins Vianna Estigarríbia, 1911: Relatório apresentado à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios sobre a Inspeção do Espírito Santo. Tal relatório, resumido em relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio de 1911, contém dados acerca da atração de grupos Botocudos arredios, além da observação de que um grupo, liderado pelo chefe *Crenac*, não deseja manter relações com os civilizados.

Antonio Martins Vianna Estigarríbia, 1912: Relatório apresentado à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios sobre a situação dos índios no rio Doce. Trecho desse relatório foi publicado em separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, VII, 1934. Além de apresentar aspectos da cultura material, usos e costumes daqueles índios, tem a valorizá-lo um vocabulário dos índios *Crenacs*, contendo 189 palavras.

H. H. Manizer, 1915: o pesquisador, após passar seis meses entre os Botocudos do P.I. Pancas, incluindo-se os Krenak nas suas observações, publica monografia pertinente, que será traduzida para o francês — *Les Botocudos d'après les observations recueillies pendant un séjour chez eux en 1915* — por A. Childe. O trabalho foi publicado pelos Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, XXII, 1919 e descreve o cotidiano daqueles indígenas, bem como sua cultura.

Antonio Carlos Simoens da Silva, 1918: estudos *in-loco* entre os Krenak remanescentes, num total de sessenta e cinco (65) indivíduos.

Antonio Carlos Simoens da Silva, 1922: memória apresentada ao XX.^o Congresso Internacional de Americanistas, Rio de Janeiro, A "Tribu dos Índios Crenaks" — Rio Doce. Complementa o trabalho publicado um vocabulário Crenac, constando de 165 termos como versão para os seis idiomas do Congresso. Fotos do A. e de W. Garbe. Mapa da área ocupada por aqueles índios.

Sylvio Fróes Abreu, 1926: publica em 1929 na Revista do Museu Paulista, XVI, o trabalho resultante de seus estudos entre os índios do rio Doce — *Os Índios Crenacques (Botocudos do Rio Doce) em 1926*. Nesse ano os indígenas se encontravam em rápido processo de mudança em seus hábitos tradicionais, o que bem atestam as fotos do A. Tal documentação retrata os Krenak em fase de aculturação, convivendo as roupas civilizadas com o botoque, por exemplo. Mapa de localização, fotografias de artefatos e do meio ambiente. Inclui-se vocabulário contendo palavras e algumas poucas expressões, sendo que no final do trabalho se acham listados alguns termos da língua portuguesa e o modo pelo qual são pronunciados pelos Krenak.

Curt Nimuendajú, 1939: pesquisou os remanescentes Botocudos do Itambacuri, do P. I. Guido Marlière (68 indivíduos) e os do P. I. Pancas, incluindo dados etnológicos e linguísticos. Em Guido Marlière coletou vocabulário Nakrehé e Nakpié. Segundo Emmerich e Monserrat, foi lamentável que, por ocasião da coleta de dados, "o número de informantes já era muito reduzido e já não viviam mais no seu habitat original"(49). O trabalho de Nimuendajú — *Über die Botocudos* — é manuscrito inédito de 1939, no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Charlotte Emmerich & Ruth Monserrat, 1973 e 1974: pesquisa linguística no Itambacuri, registrando informação sobre a língua dos Botocudos através de três informantes. Tais remanescentes — Zeferina da Rocha Potén, Chico Bugre e Zé Pereira, idosos, puderam transmitir às pesquisadoras o que retiveram da língua que, na sua infância, era falada naquela área(50). O fruto dessas pesquisas foi o trabalho publicado pelo Museu do Índio, série Antropologia, de outubro de 1975, *Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas linguísticas*.

O trabalho de atração e pacificação dos Botocudos de Minas Gerais e do Espírito Santo estendeu-se pelos dois primeiros decênios do século XX. Em 1911 havia cerca de cem (100) Pojixá aldeados em São Mateus, Espírito Santo, a 12 léguas de Teófilo Ottoni e vivendo da agricultura. O relatório do inspetor do S.P.I. no Espírito Santo, de 1911, apresentava o seguinte quadro geral:

- a - os índios sob aquela inspetoria, Botocudos, viviam da caça e da pesca, nômades; pressionados pela diminuição dos recursos da flora e da fauna em seu *habitat* e também pela sociedade nacional, só poderiam responder com as guerras inter-tribais e com os ataques às lavouras dos colonos;
- b - as tribos do rio Doce, segundo Estigarribia, eram os "Nack-Nanucks, já muito reduzidos e confundidos com os Nack-hêrêhês que povoam as margens do Pancas - afluente esquerdo do Doce - com um pequeno aldeamento no lugar denominado Lage; os Munhegeruns, aliados dos Nack-Nanucks e esparsos entre o Pancas e o S. José; os Guteracs entre a serra de João Leopoldino, as cabeceiras do S. João e a cabeceira oeste do Pancas"(51);
- c - haveria que se ligar através de estrada os vales dos rios Doce e São Mateus, redutos daqueles índios, considerando-se a mesma limite leste entre índios e civilizados;
- d - o SPI deveria tudo fazer para comprar terras nas mãos de companhia madeireira norte-americana, em operação na área, visando evitar conflitos entre estrangeiros e indígenas;
- e - dentre os *Guteracs* destacava-se um grupo arredio, liderado pelo "capitão" *Crenac* que, conforme se disse anteriormente, não desejava manter contatos com os civilizados;
- f - notavam-se esporadicamente conflitos entre Botocudos e colonos moradores no Guandu, Nova Venécia e Pepinuque, o que exigia o máximo de eficiência e presteza nas atividades de pacificação(52);
- g - mencionava-se a presença, no braço sul do São Mateus, de índios *Coroados*, chamados pelos demais de *Angrêtes* ou *Marvoub*, com os quais viviam em hostilidades;
- h - reforçava-se a necessidade de compra de terras para os Botocudos de Lage - 5 a 6 famílias apenas -, advertindo inclusive que, dado o esgotamento do solo no sul do estado do Espírito Santo, seria de esperar um *rush* de colonos rumo às matas do norte, "o que mais urgente torna ainda a necessidade de resguardar para o Serviço de protecção o território necessário"(53).

Relativamente à inspetoria de Minas Gerais o mesmo relatório do Ministro da Agricultura Pedro de Toledo acusava a situação dos remanescentes Botocudos visitados no Itambacuri pelo inspetor Alberto Portella, como se segue:

“Dentre todas as Inspectorias, a de Minas Geraes é a única que não tem sede na Capital do Estado. A situação de sua cidade principal, muito afastada da zona habitada por índios, motivou a escolha da cidade de Theophilo Ottoni para sede dos trabalhos da Inspectoria. Por outro lado, a mesma cousa concorreu para que fosse collocado na delegacia fiscal do Espírito Santo o credito para occorrer às despesas daquela Inspectoria visto achar-se a cidade de Theophilo Ottoni mais proxima da Victoria que de Bello Horizonte. Installada a Inspectoria, o inspector, 1.º Tenente Alberto Portella, preparou-se para a primeira expedição. Partindo de Theophilo Ottoni, visitou, em Dezembro, a colonia indigena de Itambacury, situada no valle do rio deste nome, affluente do Doce, distante 40 kilometros de Theophilo Ottoni e dirigida por frades capuchinhos.

Essa colonia, antigo aldeamento fundado ha 38 annos, tem cerca de 300 índios já civilizados e trabalhadores, todos pertencentes a tribus da nação dos coroados.

Ha na colonia um asylo para meninas no qual se educam bem actualmente 21 meninas indigenas. Ha tambem um collegio para meninas índios e um campo pratico de agricultura mantido pelo governo estadual, dotado das machinas agricolas mais aperfeiçoadas e com um mestre de culturas que ensina os modernos processos agricolas a meninos índios.

O inspector visitou na mesma época o *Quijeme* dos poijichás, situado á margem esquerda do S. Matheus, a cerca de nove leguas de Itambacury com uma população de 56 almas.

Esses índios não se querem reunir á colonia por inimizade com os índios potés, potons e chriciumas - todos botocudos - a ella pertencentes.

São todos baptisados e casados por padres.

O sitio em que se acham é ameno, parece salubre e é proprio á vida agricola, não o sendo á pastoril.

O inspector foi muito bem recebido tanto em Itambacury como entre os poijichás os quaes, de alegria pela visita, dansaram á noite em homenagem ao referido funcionario.

Tanto ahi como em Itambacury, o inspector fez larga distribuição de brindes constantes de roupas, ferramentas, utensilios e missangas.

Para as despesas necessarias, recebeu o inspector, no Thesouro Nacional, a importancia de 12:000\$000, sendo 8:000\$000 por conta do credito aberto pelo decreto n.º 8159, de 18 de Agosto de 1910, e 4:000\$000 da consignação “Para a manutenção e desenvolvimento das colonias agricolas constituídas por índios” do orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, de 1910”.(54)

Em maio de 1911 o inspector esteve uma vez mais entre os Poijixá do rio São Mateus, orçados em cerca de cem (100) indivíduos e vivendo da agricultura. Em 1913 o relatório do ministro da Agricultura, Comércio e Indústria mencionava a fundação do Posto Indígena de Atração do Eme para justamente atender aos Krenak arredios(55).

Em 1914 dependiam da Inspectoria do Espírito Santo os PPII de Pancas, do Eme, dos Aymorés e do Cybrão. Em Pancas concentravam-se cerca de duzentos (200) índios dedicados à agricultura - mandioca, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e início de plantio de café -, enquanto que no Cybrão, braço norte do rio São Mateus (MG), viviam quarenta e dois (42) Poijixá. No Eme, margem esquerda do rio Doce, havia setenta (70) Botocudos. Convém acrescentar que em Pancas os índios que melhor se distinguiram nos trabalhos agricolas eram recompensados dentro dos moldes da sociedade nacional, promovendo-se o individualismo e concedendo-lhes, *a título de prêmio*, “lotes de terras, casas de moradia e animaes de criação”(56).

Anos depois a população indígena diminuíra sensivelmente, a ponto de se reduzirem os PPII a apenas dois, para Minas e Espírito Santo. No dizer do ministro da Agricultura Pin e Almeida:

“À Inspectoria do Espírito Santo, Bahia e Minas, só foi possível manter os dois postos anteriores, um no Pancas, no primeiro desses Estados, e outro em Minas Geraes, continuando toda a vasta zona bahiana dos vales do Pardo, Jequitinhonha e Gongopy, occupada por índios sem a assistência dos poderes publicos”(57).

Em 1923 passaram-se fatos graves no PI Guido Marlière, que contribuíram uma vez mais para assinalar o caráter violento das relações entre Botocudos e civilizados no rio Doce, desestruturando-se aliás, segundo relatório, a própria administração local. O ministro da Agricultura Pin e Almeida, em 1923, refere-se laconicamente ao acontecimento:

“Esse posto soffreu, em 1923, uma profunda perturbação na sua vida administrativa, em virtude de graves acontecimentos ali desenvolvidos em 31 de Janeiro, de que resultaram a morte de nove índios e a retirada de algumas familias indigenas”(58).

Referindo-se especificamente aos Krenak por ele visitados em 1926 no PI Guido Marlière(59), Fróes Abreu não desconhecia as perversidades cometidas pelos civilizados contra os índios da área, mas dizia *preferir calar*, deixando de lado o passado e ocupando-se apenas do presente, isso três annos após o massacre dos Botocudos. Isto significa que a situação daqueles índios, devido às pressões as mais diversas da sociedade envolvente, tendia a se agravar. Basta

dizer que em 1918 os Krenak totalizavam 65 indivíduos (Simoens da Silva), enquanto que os visitados por Fróes Abreu eram apenas 22 em 1926. Embora o trabalho de Simoens da Silva testemunhasse o oposto do que se afirmava sobre o caráter violento, hostil e perigoso dos Botocudos, incluindo-se no rol de gente civilizada, gentil e honesta, a sociedade nacional preferiu ignorar sua opinião e continuar a atacá-los e invadir suas terras. Não escapava mesmo a dilapidação de seu patrimônio, pois até mesmo a madeira de lei na área florestal do PI Guido Marlière era cortada e vendida em benefício de pessoas inescrupulosas(60). Pode-se avaliar o grau de tensão regional através das palavras de Fróes Abreu:

“Se, por ventura, ficaram os Krenak ao abrigo das chacinas dos tempos remotos, agora, em nossos dias, não escaparam das armas de nacionais deshumanos que já teriam extinto o último Crenaque, se eles não estivessem sob a égide da administração pública. Mourejam ainda nas cadeias cúmplices de uma caçada de índios, feita a mandado de um chefe local, e os últimos restantes da tribo Crenaque têm bem vivas na mente as figuras de seus algozes. Assim sendo compreende-se o conceito que podem fazer a respeito de nós, os civilizados”(61).

Em 1939 Nimuendajú contactou sessenta e oito (68) indígenas em Guido Marlière, remanescentes de diversos grupos Botocudos. O certo é que os Krenak conseguiram sobreviver e manter sua consciência de *índios* até a atualidade, embora tivessem desaparecido todos os demais grupos designados de modo geral como Botocudos de Minas Gerais. Resumido as informações deixadas pelos diversos pesquisadores e agentes do indigenismo oficial no século XX, as diversas designações para os Botocudos de Minas são:

- 1909, Garbe: 1911, von Ihering: *Minbagiruns* do rio Pancas, próximos da cidade de Colatina (ES); *Botocudos de Natividade de Manhuaçu*, barra do rio homônimo; *Botocudos da Lapa*, Minas, margem do rio Doce (60 a 70 km. a montante da foz do Manhuaçu). Segundo informações de W. Garbe, os dois últimos grupos se autodenominavam *Gutu-Krak* (62). Outra informação que importa grifar é relativa aos Botocudos da Lapa: “Ao cacique desta última localidade davam o nome de “crenac”, ao passo que o capitão “tijuque” era o cacique de Manhuaçu(63)”.
- 1911, Estigarribia: *Nack-nannucks* e *Nack-hêrêhês* no Pancas; *Munbeheruns* entre o Pancas e o S. José; *Guteracs*. Também cita que entre os últimos havia um “capitão” de nome Crenac. Cita, além desses grupos, os *Incut-crac*.
- 1939, Nimuendajú: no PI Guido Marlière - *Naktún*, *Nakpie*, *Convugn*, *Miyã-Yirúgn*, *Nakrebé*; no Itambacuri - *Naknyanúk*, *Aranã*, *Poyicá*(64).

Os Krenak vivem hoje no município de Carmésia, Minas Gerais, na chamada Fazenda Guarani. O que passaram como grupo minoritário supera todas as expectativas. Em torno do patriarca do grupo - Joaquim Izidório Crenaque, 69 anos - e de sua mulher Lucinda Damasceno, 54 anos, concentram-se os filhos, netos e demais parentes. Todos, filhos e netos, dependem em parte de sua pensão como lavrador aposentado pelo FUNRURAL(65). Em 1978 encontravam-se na Fazenda Guarani trinta indivíduos de descendência Krenak, sendo que do total de vinte e duas crianças apenas seis são filhas de pai e mãe Krenak; as demais têm apenas um dos pais Krenak, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

“Relação dos índios remanescentes da tribo Crenaque, existentes nesta Fazenda no dia 22 de novembro de 1977.”

N.º de ordem	Nomes	Idades	Sexos	Obs.
01	Joaquim Izidório Crenaque	68 anos	Masc.	Aposentado pelo FUNRURAL
02	Lucinda Damasceno	53 anos	Fem.	
03	Maria Julia Izidório	25 anos	Fem.	
04	José Alfredo de Oliveira	32 anos	Masc.	
05	Eva Dora Crenaque	35 anos	Fem.	
06	Maria Sonia Dora Crenaque	33 anos	Fem.	
07	Maria Augusta Crenaque	38 anos	Fem.	
08	Djanira de Souza Crenaque	24 anos	Fem.	
09	Luiz Vieira das Graças	10 anos	Masc.	Pai e mãe Crenaque
10	Francisco Vieira das Graças	05 anos	Masc.	Pai Pancararu mãe Crenaque
11	Nilza Vieira das Graças	06 anos	Fem.
12	Ricardo Vieira das Graças	04 anos	Masc.
13	Marlene Vieira das Graças	20 meses	Fem.
14	Marli Vieira das Graças	01 ano	Fem.
15	Amelina Batista de Oliveira	05 anos	Fem.	Pai Crenaque e mãe Pancararu
16	José Carlos de Oliveira	03 anos	Masc.
17	Solange Batista de Oliveira	01 ano	Fem.
18	Aparecida de Souza Crenaque	06 anos	Fem.	Pai e mãe Crenaque
19	Lindomar de Souza Crenaque	04 anos	Masc.
20	Arlete Ferreira Crenaque	01 ano	Fem.	Pai Fulni-ô e mãe Crenaque
21	Marnalva Pereira Crenaque	06 anos	Fem.	Pai e mãe Crenaque
22	Roquimar Batista Oliveira	20 meses	Masc.
23	Marcos Pereira Crenaque	04 anos	Masc.	Pai Xerente e mãe Crenaque
24	Alzira Pereira Crenaque	10 meses	Fem.
25	Maria Luiza Crenaque	13 anos	Fem.	Pai Maxacali, mãe Crenaque
26	Ronaldo Lino da Silva	06 anos	Masc.	Pai Fulni-ô e mãe Crenaque
27	Lucia Lino da Silva	05 anos	Fem.
28	Brazi Lino da Silva	04 anos	Masc.
29	Luiza Lino da Silva	02 anos	Fem.
30	Osmar de Oliveira Crenaque	01 ano	Masc.	Pai e mãe Crenaque

RESUMO: Adulto masc. 02
 Adulto fem. 06
 Menor 14 anos masc. 10
 Menor 14 anos fem. 12
 Total 30 (66).

Por ocasião do trabalho de campo efetivado em 1977 tivemos notícia da existência de cinco (5) Krenak adultos trabalhando em Resplendor, MG., ao passo que vinte e dois (22) deles haviam abandonado o grupo e se dirigido para o PI Vanuíre (município de Tupã, SP.) onde, não se integrando nem sendo aceitos pelos Kaingãng, assumiram comportamento anti-social e passaram a ser repelidos. Até janeiro de 1978 a comunidade Krenak em Guarani esperava ansiosamente o retorno do grupo.

Enquanto viveram na área tradicional às margens do rio Doce - PI. Guido Marlière - os Krenak pelo menos tinham condições de plantar em terra fértil e praticar seu artesanato - cerâmica -, por ser a argila de qualidade, segundo informações de Maria Sonia Crenaque. Eram cerca de vinte (20) indivíduos em 1971. Nessa ocasião planejou-se a implantação de um programa de assistência e trabalho, que não poderia ser definitivo segundo os motivos apresentados pela própria FUNAI e relacionados com invasão das terras do posto:

“A maior área do Posto está posseada por antigos arrendatarios e por intrusos. Recentemente, foi-lhe reintegrada uma área de 127 hectares, a bacia de Córrego do Eme. Por enquanto, em vista da situação existente na área do Posto, não é possível nem conveniente a elaboração de trabalho definitivo”(67).

Esse programa se desenvolveria durante o ano de 1971 e abordaria os seguintes itens: assistência; economia (setor agro-pecuário); instalações (reforma e construção de prédios, implantação de rede elétrica e de serviços de rádio); reintegração ao patrimônio indígena das áreas invadidas. Seria mostrada ao remanescente a importância da autonomia econômica familiar através do trabalho, desestimulando dessa forma o paternalismo vigente nas relações PI-Krenak. Quanto ao setor *assistência* a FUNAI zelaria não só pela saúde dos tutelados - exame médico periódico, tratamento dentário, cuidados alimentares, ambulatório - como também pela educação, levando-lhes bases, através da alfabetização e de conhecimentos genéricos, para um melhor convívio com o civilizado, de acordo com seu grau de aculturação(68).

Dentro do item *economia* seriam plantados cerca de 60 ha. - arroz, feijão, mandioca, milho, além das roças individuais -, lançando-se mão de trator; um pomar era cogitado, além dos cuidados com o rebanho bovino já existente e destinado ao fornecimento de leite aos indígenas.

Quanto ao último item, relativo às áreas invadidas, o documento explicitava:

“Aguarda-se a sentença do Meritíssimo Juiz da Vara Federal que dará, definitivamente, à FUNAI, a posse e domínio das áreas posseadas por arrendatários remissos e invasores audaciosos.

Processar-se-á, então, o levantamento sócio-econômico dessas glebas com a finalidade de obterem-se dados que permitam estabelecer contratos de arrendamento rendosos e justos com aqueles posseiros idôneos. As glebas restantes serão distribuídas entre os índios, os quais, sob orientação econômica e técnica, passarão a explorá-las em benefício próprio”(69).

Mas, além desse problema ocasionado pela sociedade envolvente, outro havia afetando de forma direta os remanescentes Krenak. Em Boletim informativo, a FUNAI dizia em 1972:

“O Krenac, instalado em 1920 pelo antigo SPI - com o nome de P.I. Guido Marlière há 3 anos vem funcionando como centro de reeducação”(70).
De que reeducação se tratava e para quem?

Aquela objetivando um trabalho de recuperação de índios “que transgridem princípios norteadores da conduta tribal, e cujos próprios chefes, quando não conseguem resguardar a ordem na tribo, socorrem-se da FUNAI visando à restauração da hierarquia nas suas comunidades”(71). Assim os Krenak passaram a conviver, de modo forçado, com outros indígenas “problemáticos” vindos de diversas partes do território nacional. Enquanto isso cresciam as pressões dos civilizados, infiltrando inclusive bebida na reserva para desencadear um processo de desajuste e de conflitos. Com isso haveria justificativa para tomar-lhes as terras, expulsá-los. A única solução encontrada pela FUNAI foi transferir os indígenas Krenak e não-Krenak, a partir de 1972, para outra área. O governo do Estado de Minas Gerais ofereceu ao órgão oficial de proteção, em troca da área Krenak, a Fazenda Guarani, onde o trabalho básico seria o preparo de monitores indígenas que se capacitassem para ministrar cursos práticos de formação de mão-de-obra entre indígenas integrados. A transferência assim foi vista pela FUNAI:

“Com essa doação, a FUNAI soluciona em definitivo, o antigo problema entre posseiros e remanescentes Krenak, que também irão para a Fazenda Guarani, contribuindo ao mesmo tempo para a evolução gradual do estágio de desenvolvimento sócio-econômico e cultural do índio que já mantém contato permanente com a sociedade envolvente”(73).

A permuta da área indígena com a Fazenda Guarani, pensava-se, solucionaria a questão e colocaria um ponto final no impasse nascido da invasão de terras no Krenac. Só que tem que, juntamente com os Krenak transferidos, transferiram-se também os

problemas pré-existentes, já que durante dois anos mais funcionaria a Fazenda como estabelecimento correcional (1972-1974). Para agravar ainda mais as dificuldades, eis que em 1974 para lá são igualmente transferidos os Guarani que viviam em Caieiras Velhas, litoral do Espírito Santo, e que passaram a ser hostilizados pelos demais índios.

Por ocasião do trabalho de campo em novembro de 1978 a situação da Fazenda Guarani era crítica. O convívio forçado levou os sessenta e cinco indígenas nela concentrados - Krenak e não-Krenak-a uma série de atitudes negativas. Acirraram-se as animosidades, gerando conflitos de diversa natureza. Não se suportavam, por exemplo, Krenak e Guarani. Assim via um Guarani, Paulo Venite, a situação:

“Nóis veio aqui conversar com tupiniquim amigo. Meu povo pediu eu vir aqui dizer todo mundo não acostuma Fazenda Guarani. Terra não é boa, muito frio. O segundo capitão morreu lá, cascavel mordeu ele(...) Tupiniquim muito bom. Não é igual a Krenaque. Krenaque diz que lá não é nosso lugar. Eles roubar animal, depois diz que é guarani. Eles quase matar meu irmão João, dar pontapé nele. Krenaque não gosta de nós. Dizer que fazenda é deles. Para eles tem tudo. Mesa, cama, casa bonitinha. Para nós casa de pau-a-pique. Coronel não quer que ajudem guarani”(74).

Da mesma forma os Krenak enfrentavam uma série de problemas. Todos os adultos, sem exceção, desejavam um retorno à área original como única forma de solucioná-los. Em primeiro lugar, não conseguiram adaptar-se ao novo ambiente, devido à má qualidade do solo, esgotado (a Fazenda Guarani fôra durante longo tempo propriedade dedicada à lavoura cafeeira), o que leva os homens, segundo suas mulheres, ao ócio involuntário; inexistência de pesca; falta de argila de qualidade para a prática de cerâmica artesanal. Em segundo lugar, consideraram a transferência forçada uma violência contra o grupo, pois o fato se consumou contra seu desejo. Tanto assim que o patriarca Joaquim Izidorio Crenaque foi para lá levado praticamente à força e, segundo sua filha Sonia, “ficou ruim da idéia” desde então. Em terceiro lugar, as rivalidades entre *Krenak-Guarani* e *Krenak-Pataxó* complicavam o quadro, acumulando-se ofensas e preconceitos de ordem étnica, moral, social, como se depreende da exemplificação que se segue:

- quanto aos Guarani: preguiçosos, bêbados, *ciganos*; não gostam de se misturar com os demais índios;
- quanto aos Pataxó: “Tem cabelo ruim que nem Bom-Bril. Já o nosso, de índio mesmo, é escorrido, cabelo bom” (Eva Crenaque); “... pensam que são melhores que a

gente, a moça deles quer até casar com civilizado” (Sonia Crenaque); “... é gente matadora e traiçoeira” (Maria Julia Izidorio);

- quanto aos Fulni-ô: “Essa gente ganha do Governo para não fazer nada” (convém observar que os Fulni-ô referidos eram funcionários da FUNAI lotados na Fazenda Guarani).

No sentido de solucionar o problema nascido de sua transferência forçada e de uma situação de conflito, geradora de tensão entre os moradores da Fazenda Guarani, apresentou-se à Presidência da FUNAI em relatório de abril de 1978 (75) uma sugestão no sentido de encaminhar os Guarani para o litoral do Espírito Santo, como era desejo do grupo, além de devolver aos remanescentes o Krenac ou pelo menos demarcar-lhes uma pequena gleba às margens do rio Doce, proporcional às necessidades das famílias Krenak. Quanto à primeira alternativa esclareça-se que os Guarani já se encontram na orla litorânea, mas na condição de *sem terras* (localidade de Aracruz, ES.). Com respeito à segunda, espera-se uma solução que venha beneficiar a pequena comunidade Botocuda remanescente, tudo se fazendo no sentido de reintegrar os Krenak a sua posse original.

Quanto à cultura, os remanescentes Krenak - vivendo a situação de índios integrados - quase nada mais conservam de seu costume ancestral, adaptando-se bem ou mal aos padrões caboclos vigentes na área. A despeito de todas as situações de conflito e opressão, no entanto, mantêm vínculos essenciais à coerência do grupo, prova cabal de sua resistência e de fidelidade às raízes indígenas peculiares: a tradição oral e o dialeto. Pelo primeiro reforçam a solidariedade em torno de lembranças de situações discriminatórias e de massacres sofridos. Pelo segundo demonstram sua capacidade de se afirmar como grupo diferenciado:³ falam o *idioma*, como eles próprios dizem, apenas os indivíduos Krenak. É pois um dialeto *vivo*, dotado de significado que extrapola a condição de mero veículo de comunicação: é o testemunho da coerência de um povo que, buscando conservar a identidade linguística, afirma sua condição de *índio* e se aceita como segmento diferenciado da sociedade nacional.

VI — Conclusão

A análise das fontes relativas aos Botocudos em Minas Gerais - impressas ou manuscritas - leva a uma reconstituição do passado histórico daquelas comunidades ao longo de cento e setenta anos de opressão, extermínio e marginalidade - 1808-1978. A interpretação do material documental disponível vê-se dificultada devido à parcialidade do enfoque colonialista europeu e posteriormente neobrasileiro. Parta-se do pressuposto de que a história indígena vai-se fazer através da ótica do colonizador, não refletindo o pensamento e aspirações do colonizado. Além do mais a historiografia

luso-brasileira, durante largo tempo, não assumiu o historiar fenômenos concernentes aos desprivilegiados do sistema colonial - livres ou escravos, brancos ou negros, índios ou mestiços -, lançando-se mão de suas figuras apenas para explicar o contexto das classes dominantes: sempre, no entanto, em posição periférica, nunca como tema central.

A história dos Botocudos reveste-se desse caráter de marginalidade. Só aparecem aqueles índios quando se trata de acentuar as dificuldades enfrentadas pelo colonizador diante daqueles "bárbaros", quando da conquista do *binterland*. Justifica-se a violência exercida contra os Botocudos e demais indígenas pela necessidade de levar o progresso e a civilização aos sertões. Chega-se à conclusão de que o índio representava um entrave à marcha da cultura cristã ocidental. Não se busca explicar, no entanto, a razão da reação violenta do Botocudo diante das contínuas provocações da sociedade nacional, dos massacres, da espoliação de suas terras.

A partir da legislação joanina até o século atual a história dos Botocudos em Minas Gerais demonstra a ineficiência e dubiedade de uma política oficial de proteção ao índio - catequese e civilização - que na verdade protegia os interesses maiores dos colonos e do grande proprietário. A omissão das autoridades diante dos abusos de que foram vítimas os Botocudos mostra a insensibilidade dos homens públicos diante de uma causa menor e que não implicava em ganho de votos, muito pelo contrário.

A violência do colono, acobertada, reflete a mentalidade desenvolvimentista de uma época em que o ideal brasileiro era o reforço da unidade de um país recém-liberto do colonialismo português e eliminação da *barbárie*, para uma identificação mais eficiente com a Europa.

Assim, o que se fez foi integrar o índio à força ao mundo civilizado, tomar-lhe as terras ou, caso resistisse, eliminá-lo. Por isso mesmo o colono mineiro destruiu em pouco menos de um século, respaldado em certa época até pela lei, milhares e milhares de Botocudos, estando os índios hoje praticamente varridos da memória histórica de Minas Gerais. O homem comum ignora a existência de remanescentes indígenas nessa unidade da Federação e, quando pelo menos se sabe de sua presença no território mineiro, não se sabe onde e como vivem os *Krenak*, os *Xakriabá* e os *Maxakali* que sobreviveram ao extermínio.

NOTAS*

- 1 — Métraux, *The Botocudo*, in *Handbook of South American Indians*, I (The Marginal Tribes), Washington, 1946: 539.
- 2 — Gândavo, *História da Província Santa Cruz*, São Paulo, 1964: 65-66.

* Abreviaturas. RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro;

APM - Arquivo Público Mineiro;

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

RMP - Revista do Museu Paulista

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

- 3 — Id., *ibid.*: 66.
- 4 — Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, 1971: 79-80.
- 5 — Moura, *Notícia e observações sobre os índios botocudos que frequentam as margens do rio Jequitinbonha. E se chamam Ambarés, ou Aymorés*, RAPM II, 1897: 28.
- 6 — Métraux, *op. cit.*: 532.
- 7 — RAPM IV, 1899: 783.
- 8 — RAPM IV, 1899: 784.
- 9 — *Ibid.*: 784.
- 10 — *Ibid.*: 784.
- 11 — *Ibid.*: 785.
- 12 — RAPM I, 1896: 717.
- 13 — *Ibid.*: 717.
- 14 — *Ibid.*: 718.
- 15 — *Ibid.*: 719.
- 16 — *Instruções, que deve observar o Director da Povoação, e Aldeamento dos Índios Puriz, e Xamixunas*, 28 de julho de 1809, Códice n.º 334, Colonial, APM, f. 21.
- 17 — Cf. Palazzolo, *Nas selvas dos vales do Mucuri e do rio Doce*, Petrópolis, 1945: 197-199. Testemunhando o efeito "depurativo" do casamento entre Botocudos e civilizados, por exemplo, Palazzolo reporta-se às palavras do capuchinho Serafim de Gorizia: "E tem sido justamente em virtude desta união e aliança entre lavradores indígenas com lavradores nacionais, que se tem conseguido aqui a mais acertada e espontânea transformação dos selvagens prejudiciais em laboriosos nacionais mestiços, desaparecendo de modo imperceptível pela mesma metamorfose, ou por morte natural, o alto algarismo de índios puros grifo nosso, terror dos habitantes desta fértil região, povoando-se a estensa e espessa floresta, abrigo outrora de feras bravias" (*op. cit.*: 198).
- 18 — Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*, São Paulo, 1938, II: 184.
- 19 — Marlière, Documentos diversos referentes à sua vida e obra, RAPM X, 1905: 393-394.
- 20 — *Ibid.*: 609.
- 21 — Moreira Neto, *A política indigenista brasileira durante o século XIX*, Rio Claro, 1971: 373.
- 22 — Id., *ibid.*: 373-374.
- 23 — Palazzolo, *op. cit.*: 198.
- 24 — id., *ibid.*: 247.
- 25 — Id., *ibid.*: 246-247.
- 26 — Wied, *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, São Paulo, 1958: 323.
- 27 — Id., *ibid.*: 323-324.
- 28 — Marlière, Documentos..., RAPM XI, 1906: 38.
- 29 — Saint-Hilaire, *op. cit.*, II: 127.
- 30 — Ottoni, *Relatório dirigido aos Senhores Accionistas da Companhia do Mucury*, 23 de outubro de 1856; anexo ao relatório do presidente da província de MG. Herculano Ferreira

- Penna à Assembléia, de abril de 1857: 42.
- 31 — Ottoni, *Notícia sobre os selvagens do Mucury*, RIHGB XXI, 1858: 191-238.
- 32 — Relatório do Diretor Geral dos Índios Antonio Luiz de Magalhães Mosqueira à presidência da província de Minas, 30 de novembro de 1872: 10-11.
- 33 — Relatório do Diretor Geral dos Índios Magalhães Mosqueira à vice-presidência da província, 13 de julho de 1871, SG4-04, APM, f. 39v-41.
- 34 — Id., *ibid.*: f. 41v.
- 35 — Ofício do Diretor Geral dos índios Magalhães Mosqueira ao presidente da província Floriano de Godoy, de 23 de julho de 1872, SG4-04, APM, f. 97v.
- 36 — Palazzolo, *op. cit.*: 174-175.
- 37 — Id., *ibid.*: 152-153.
- 38 — Id., *ibid.*: 165-166.
- 39 — Sassoferrato, *apud* Palazzolo, *op. cit.*: 205.
- 40 — Saint-Hilaire, *op. cit.*, II: 128.
- 41 — Id., *ibid.*, II: 163.
- 42 — Id., *ibid.*, II: 127, nota n.º 86.
- 43 — Pohl, *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*, Rio e Janeiro, 1951, II: 335.
- 44 — Saint-Hilaire, *op. cit.*, II: 166.
- 45 — Lacerda Filho e Rodrigues Peixoto, *Contribuição para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brasil*, Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, I, 1876: 49.
- 46 — Wied, *op. cit.*: 164.
- 47 — Saint-Hilaire, *op. cit.*, II: 175.
- 48 — Couto Ferraz, *Apontamentos sobre a vida do Índio Guido Pokrane e sobre o francez Guido Marlière*. RAPM XI, 1906: 7-8.
- 49 — Emmerich & Monserrat, *Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas Linguísticas*, Rio de Janeiro, 1975: 22.
- 50 — Id., *ibid.*: 23.
- 51 — Relatório do Ministro da Agricultura Pedro de Toledo à presidência da República, Rio de Janeiro, 1911, II: 290-291.
- 52 — Tais conflitos se tornavam cada vez mais frequentes nas áreas de colonização italiana e nas regiões onde se construíam estradas rasgando a mata, como no baixo Guandu (E.F. Vitória a Minas). Só em 1910 os Botocudos tinham atacado turma de engenheiros no Guandu, além da fazenda e colônias de Nova Venécia e Pepinuke (M.L. Paula Martins, prefácio ao Vocabulário Português-Botocudo de Claro Monteiro do Amaral: 8)
- 53 — Relatório do Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, 1911, II: 293.
- 54 — Id., *ibid.*: 302.
- 55 — Relatório do Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, 1913: 143.
- 56 — Relatório do Ministro da Agricultura Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, 1914, I: 98.
- 57 — Relatório do Ministro da Agricultura Miguel Calmon du Pin e Almeida em 1922, Rio de Janeiro, 1925: 75-76.
- 58 — Relatório do Ministro da Agricultura Pin e Almeida em 1923, Rio de Janeiro, 1926: 146.
- 59 — O PI Guido Marlière foi estabelecido em terras concedidas pelo governo do Estado de Minas Gerais aos remanescentes Krenak, num total de 2105 ha. às margens do rio Doce (Boletim do S.P.I., n.º 23, 31 de outubro de 1943).
- 60 — Fróes Abreu, *Os Índios Crenauques (Botocudos do Rio Doce) em 1926*, RMP, XVI, 1929: 572.
- 61 — Id., *ibid.*: 593.
- 62 — von Ihering, *Os Botocudos do Rio Doce*, RMP, VIII, 1911: 39.
- 63 — Id., *ibid.*: 46.
- 64 — Emmerich & Monserrat, *Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas Linguísticas*: 16.
- 65 — A mesma situação podia ser observada entre os Guarani que viviam nessa ocasião na Fazenda, dependendo o grupo de uma forma especial, da matriarca Maria Carvalho, igualmente aposentada pelo FUNRURAL.
- 66 — Fonte: Fundação Nacional do Índio, Colônia Agrícola Guarani. Documento firmado pelo administrador Augusto de Souza Leão.
- 67 — FUNAI, Programa de trabalho do Posto Indígena "Guido Marlière", Resplendor, 1971: 1.
- 68 — Id., *ibid.*: 1-3.
- 69 — Id., *ibid.*: 7.
- 70 — FUNAI, Boletim Informativo, ano I, n.º 4, 1972: 24.
- 71 — Id., *ibid.*: 21.
- 72 — Por ocasião do trabalho de campo efetuado em 1977, novembro, havia na Fazenda Guarani: Fulni-ô: 2; Pankararu: 4; Pataxó: 14; Guarani: 13; Maxakali: 1; Xerente: 1; Krenak: 30. Total: 65 indígenas.
- 73 — FUNAI, Boletim Informativo, I, n.º 4, 1972: 23-24.
- 74 — Medeiros, *Nas margens do Piraquê-açu*, jornal *Versus*, abril de 1977, n.º 9: 25.
- 75 — Marcato, Relatório de viagem à Fazenda Guarani e ao P.I. Maxakali apresentado à Presidência da FUNAI, abril de 1978: 12.

Bibliografia

- X 1 — Abreu, Sylvio Fróes. *Os Índios Crenauques (Botocudos do Rio Doce) em 1926*. Revista do Museu Paulista, XVI, São Paulo 1929.
- 2 — Amaral, Claro Monteiro do. *Vocabulário Português-Botocudo*. Museu Paulista, Boletim II, Documentação Linguística. São Paulo, 1948.
- 3 — Carta Régia de 13 de maio de 1808. Revista do Arquivo Público Mineiro, IV. Ouro Preto, 1899.

- 4 — Carta Régia de 2 de dezembro de 1808. Revista do Arquivo Público Mineiro, I. Ouro Preto, 1896.
- 5 — Estigarribia, Antonio Martins Vianna. *Trecho de um Relatório apresentado à Directoria do Serviço de Proteção aos Índios, no Ano de 1912, relativamente aos Índios do Rio Doce*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, VII, 1934.
- 6 — Ferraz, Luiz Pedreira da Couto. *Apontamentos sobre a vida do Índio Guido Pokrane e sobre o francez Guido Marlière*. Revista do Arquivo Público Mineiro, XI. Belo Horizonte, 1906.
- 7 — FUNAI. *Programa de trabalho do Posto Indígena "Guido Marlière"*. Resplendor, 1971. Folheto mimeografado. — Boletim Informativo. Ano I, n.º 4, 1972.
- 8 — Gândavo, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz*. São Paulo, Obelisco, 1964.
- 9 — Instruções, que deve observar o Director da Povoação, e Aldeamento dos Índios Puriz, e Xamixunas. Códice n.º 334, Colonial. Cópia ms. Arquivo Público Mineiro, f. 20v-24.
- 10 — Lacerda Filho e Peixoto, Rodrigues. *Contribuição para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brazil*. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, I. Rio de Janeiro, 1876.
- 11 — Manizer, H.H. *Les Botocudos d'après les observations recueillies pendant un séjour chez eux en 1915*. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, XXII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.
- 12 — Marcato, Sonia de Almeida. Relatório de viagem à Fazenda Guarani e ao Posto Indígena Maxakali, apresentado à Presidência da FUNAI. Abril de 1978. Datilografado.
- 13 — Marlière, Guido Tomás. Documentos diversos relativos à sua vida e obra. Revista do Arquivo Público Mineiro X, 1905; XI, 1906; XII, 1907. Belo Horizonte.
- 14 — Medeiros, Rogério. *Nas Margens do Piraquê-açu*. Jornal VERSUS, n.º 9, Abril de 1977.
- 15 — Métraux, Alfred. *The Botocudo*. Handbook of South-American Indians, I (The Marginal Tribes). Washington, Smithsonian Institution, 1946.
- 16 — Ministério da Agricultura. S.P.I. Boletim do S.P.I., n.º 23, 31 de outubro de 1943.
- 17 — Moreira, Neto, Carlos de Araújo. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Rio Claro, 1971. Tese de doutoramento, mimeografada.
- 18 — Moura, José Pereira Freire de. *Notícia e observações sobre os índios botocudos que frequentam as margens do rio Jequitinhonha. E se chamam Ambarés, ou Aymorés*. Revista do Arquivo Público Mineiro, II. Ouro Preto, 1897.
- 19 — Ofício do Diretor Geral dos Índios Antonio Luiz de Magalhães Mosqueira ao presidente da província de Minas Joaquim Floriano de Godoy. 23 de julho de 1872. SG4-04, Arquivo Público Mineiro. Cópia ms.
- 20 — Ottoni, Teophilo Benedicto. Relatório dirigido aos Senhores Accionistas da Companhia do Mucury. 23 de outubro de 1856. Anexo ao relatório do presidente da província de Minas Gerais Herculano Ferreira Penna à Assembléia Legislativa, de 28 de abril de 1857. — *Notícia sobre os selvagens do Mucury*. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, XXI. Rio de Janeiro, 1858.
- 21 — Palazzolo, Jacinto de (OFM). *Nas selvas dos vales do Mucuri e do rio Doce*. Petrópolis, Vozes, 1945.
- 22 — Pohl, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951, II.
- 23 — Relatório do Diretor Geral dos Índios Antonio Luiz de Magalhães Mosqueira à vice-presidência da província de Minas Gerais. 13 de julho de 1871. SG4-04, Arquivo Público Mineiro.
- 24 — Relatório do Diretor Geral dos Índios Magalhães Mosqueira à presidência da província. 30 de novembro de 1872. Anexo n.º 6 ao relatório do presidente da província Joaquim Floriano de Godoy, de 15 de janeiro de 1873.
- 25 — Relatório do Ministro da Agricultura, Industria e Comercio Pedro de Toledo à presidência da República. Rio, 1911, II.
- 26 — Relatório do Ministro da Agricultura, Industria e Comercio Pedro de Toledo à presidência da República. Rio, 1912, I.
- 27 — Relatório do Ministro da Agricultura, Industria e Comercio Pedro de Toledo à presidência da República, Rio, 1913.
- 28 — Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comercio Manoel Edwiges de Queiroz Vieira à presidência da República. Rio, 1914, I.
- 29 — Relatório do Ministro da Agricultura, Industria e Comercio ao presidente da República em 1922. Rio, 1925.
- 30 — Relatório do Ministro da Agricultura, Industria e Comercio Miguel Calmon du Pin e Almeida ao Presidente da República em 1923. Rio, 1926.
- 31 — Rénault, Pedro Victor. Relatório da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos, feito por ordem do Exmo. Governo de Minas Geraes pelo engenheiro — tendente a procurar um ponto para degredo (1837). Revista do Arquivo Público Mineiro, VIII. Belo Horizonte, 1903.
- 32 — Rodrigues, Aryon Dall'igna. *Línguas Ameríndias*. Grande Enciclopédia DELTA-LAROUSSE, IX, 1972.
- 33 — Saint-Hilaire, Augusto de. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*. São Paulo. Nacional. 1938. II.

- 34 — Silva, Antonio Carlos Simoens da. *A "Tribu dos Indios Cre-naks"* Annaes do XX.º Congresso Internacional de Americanistas, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924.
- 35 — Sousa, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4a ed. São Paulo, Nacional, 1971.
- 36 — Spix, Johann Baptist von & Martius, Carl Friedrich Phillip von. *Viagem pelo Brasil. 1818-1820*. 3a ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.
- 37 — Wied-Neuwied, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. 2a ed. São Paulo, Nacional, 1958.
- 38 — Willems, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1940.

Apêndice *que vale como
pela confirmação*
— 1 —

“ Directoria geral dos indios, em Ouro Preto, 3 de maio de 1867.

Illm. e Exm. Sr. - Aproximando-se a reunião da assembléa legislativa provincial, tempo em que a Exma. Presidencia procura obter informações sobre o estado dos diversos ramos da publica administração, para o effeito de esclarecer a mesma assembléa, e della obter os recursos precisos, julgo do meu dever anticipar, dizendo a V. Ex., que quanto á catechese nada ha de novo, além do que consta dos meus anteriores relatorios; mas sendo preciso indicar algumas medidas, affianço a V. Ex. que a mais urgente é a aquisição de alguns missionarios, que se incumbam de formar nucleos, onde os indígenas se reunam não só para se instruirem nas maximas do evangelho, como para adquirirem o amor á propriedade e os habitos do trabalho.

Temos actualmente só dous missionarios, que são Fr. Bento de Bubbio, que está no Cuyethé, e Fr. Domingos de Cazale, que está na comarca de Jequitinhonha, sendo que o primeiro serve de parochou na freguezia em que se acha.

Por mais zelosos que tenham sido estes dous levitas, a sua idade e outras circunstancias os fazem hoje inuteis ou quasi inuteis, não se podendo portanto, contar com seus serviços; e como os ecclesiasticos são sem duvida o melhor recurso para a catechese, venho pedir a V. Ex., que se digne de sollicitar do Sr. ministro da agricultura, 10 missionarios capuchinhos para esta provincia, mas que sejam moços e aptos para o trabalho das matas.

Do mesmo Sr. ministro e da assembléa legislativa provincial, conto que V. Ex. obterá os meios de os estabelecer nos seguintes pontos:

1.º — No alto Jequitinhonha desde a barra do Arassuahy até á do Rubim, um misisonario.

2.º — No Baixo Jequitinhonha desde a barra do Rubim até o Salto Grande, inclusive a aldêa dos Giporoks, um dito.

3.º — Desde a barra do ribeirão Quarta-feira até a cachoeira Santa Clara no Mucury, um dito.

4.º — Da barra do ribeirão Quarta-feira para cima até as ultimas cachoeiras do Mucury, comprehendendo todo o lado esquerdo do Rio Urupuca, um dito.

5.º — Da barra do Urupuca para cima comprehendendo os terrenos do lado direito deste e do esquerdo do Suassuhy, um dito.

6.º — Em toda a região do Peçanha, um dito.

7.º — No aldeamento do Manhuassú, um dito.

8.º — Na freguezia do Cuyethé, um dito.

9.º — No quartel da Natividade, nas divisas desta com a provincia do Espirito-Santo, um dito.

10.º — Nas Ibiturunas ao norte do Rio Doce, um dito.

N.B. — Este aldeamento é muito importante, e segundo me consta, acha-se em estado florescente.

Os meios de estabelecer estes missionarios, consistem nos recursos precisos para edificar habitações e uma capella, onde não houver, em compra de ferramentas agrarias, e outras para o trabalho mechanic e de lavoura, e por fim na divisão das terras para extramar a propriedade publica da particular.

Sirva-se V. Ex. de tomar em consideração o que levo exposto, e por feliz me darei se puder conseguir algum resultado; mediante os esforços que estou prompto a empregar a bem deste ramo importante do serviço publico.

Deus guarde a V. Ex.

Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, presidente da provincia de Minas Geraes. - Manoel Joaquim de Lemos, director geral."

(Relatório do presidente de provincia de M.G., Joaquim Saldanha Marinho, ao vice-presidente Elias Pinto de Carvalho, em 30 de junho de 1867. Anexo n.º 1)

(O documento que se segue é um reflexo do pensamento dos irmãos Ottoni, Teófilo e Augusto, no tocante à atração e pacificação dos Botocudos. O indigenismo empírico por eles praticado aqui se deixa transparecer, embora a ação de ambos seja *atípica*, se se considera a atitude violenta e repressora como norma no vale do Mucuri, do Doce e do rio São Mateus).

"Illm.º e Exm.º Senr.

Em conformidade com o decreto n.º 426 de 24 de Julho de 1845 e regulamento dos indios, vou participar á V. Ex.ª as occorrencias do meu districto durante o anno findo.

V. Ex.ª não ignora que os selvagens do Mucury e vales adjacentes, outr'ora celebres pela sua ferocidade, e ciosos dos dominios que herdarão dos seus maiores a ponto de não consentirem que uma só *bandeira* de christãos penetrasse nas suas mattas sem que elles a dizimassem com fleixadas, e a incomodassem por todos os modos, cederão ao influxo civilizador das acertadas medidas tomadas pela administração da Companhia do Mucury ao penetrar nestas brenhas.

Aceitando o logar de director dos indios deste-districto, para que fui nomeado em 1852 pelo Exm.º Senr. Conselheiro Luiz Antonio Barbosa, eu nada mais fiz do que perseverar constante nas instrucções que como agente da companhia do Mucury havia recebido.

V. Ex.ª conhece a transformação maravilhosa porque tem passado nestes ultimos annos as cabidas, outr'ora indomaveis, dos indios do Mucury.

Para um tal resultado muitas causas contribuirão. Algumas apontarei.

A liberalidade e profusão com que os (lv.) indios forão obsequoados nos seus primeiros encontros com o director da Companhia, e que continuárão nos seus primeiros tempos, sempre que os indios apparecerão nas estações da companhia, tiverão sem duvida um influxo feliz.

Conquistada a benevolencia, facil foi cimentar a amizade mediante os principios de justiça e de equidade que tenho seguido constantemente, achando sempre apoio e coadjuvação da parte dos agentes da companhia.

Comecei, da maneira a mais formal, reconhecendo a plena propriedade dos indios á posse das terras que occupavão, e as adjacentes só forão apossadas pela companhia ou por particulares com licença e acquiescencia das diversas tribus.

Tendo em consideração os logares que cada tribu occupava, inculquei-lhes quaes erão as terras que cada uma continuaria a possuir, cujas divisas ficarão todos conhecendo, e para resguardar-

lhes o direito para o futuro, todas fiz registrar em Minas - Novas na forma da lei com todas as declarações, sendo da maior conveniencia que V. Ex.^a me habilite com os meios pecuniarios para se proceder á legitimação dessas numerosas posses dos meus infelizes / (2) curatellados.

A propriedade da terra e a criação de novas necessidades, vão bem que lentamente levando os indios ao trabalho. Para isto contribuiu uma nova falta, digo phase por que passou a liberalidade da administração da companhia do Mucury, e V. Ex.^a permita que o diga, também a minha particular. Em vez de dar como em principio tudo o que os indios pedião, passou-se a comprar tudo o que elles trazião, tivesse ou não utilidade, com tanto que lhes tivesse custado trabalho. Hoje já fazem commercio constante de couros de veado, cannas, batatas e outros insignificantes objectos, alem de se chegarem para trabalhar nas roças visinhas.

Para dar-lhes incentivo que os levasse a trabalhar e para guardar-lhes o direito, annunciei a todos os habitantes do districto, que ninguém podia trabalhar com os indios sem pagar-lhes de jornal uma pataca. Sabem-o todas as tribus, e tenho tido reclamações e as mais das vezes justas avista das quaes tenho feito com que os lesados recebam a devida indemnização. Quando está nesta povoação o director da companhia, os indios levão-lhe de preferencia as suas reclamações, não só porque o tem em grande veneração, / (2v.) como porque o director da companhia sempre aproveita estas occasiões para presentear os reclamantes.

Outra providencia escrupulosa e geralmente cumprida é a prohibição de tomar aos indios os filhos para os conservar em mal disfarçada escravidão, ou para os remetter para longes terras, ora como mercadoria de commercio, ora como presente de festas que se costuma em outros logares fazer aos potentados. Cuido poder asseverar á V. Ex.^a que, do meu districto e durante a minha directoria ainda não sahio um indiosinho que seja (curuca) para o trafico ou para presente a quem quer que seja.

A pacificação e catechese civil dos indios do Mucury é que tem facilitado o crescimento da recente população, digo é que tem facilitado o crescimento da população da recente freguezia da Capellinha, cujos freguezes já se estendem sem medo das tropelias dos selvagens até seis léguas de Philadelphia do lado do Rio Dôce. E do lado Jequitinhonha para as partes do Rio Preto e Coimbras, vê se igualmente que estão regressando do sertão do Rio S. Francisco numerosas familias, que nos ultimos 20 annos havião para lá emigrado abandonando suas fazendas pelo terror que inspi/ (3) ráva o gentio, e pelas horriveis matanças que havia praticado especialmente em 1837 e 1838.

Estes novos moradores convivem hoje na maior segurança com os selvagens que estão ao norte de Philadelphia, rumo direito do Calhão, sendo que nessa distancia ha não poucos fazendeiros de importancia, que á sombra da companhia do Mucury abrirão suas fazendas.

Sem fallar nas tribus que vagão de Santa Clara para S. Matheus, e de Santa Clara para a Leopoldina, e que, magnetizadas pelos beneficios e mansidão dos novos conquistadores, são antes um auxilio do que um peso dos colonos lá estabelecidos, mencionarei somente as tribus que estão mais vizinhas desta povoação, commemorando os acontecimentos mais notaveis que nellas se derão durante o anno findo.

A retirada de mais de 600 colonos europeos que forão arrancados ao Mucury pela perversidade de um homem sem lei, sem consciencia e sem religião, que inculcando-se falçamente commissario do Governo Imperial, por pouco não despovoou o Mucury mesmo dos posseiros brasileiros, fez nascer a apprehensão de que os indios vendo-se muito fortes pelo numero não reincidissem nas antigas correrias. /

(3v.) Effectivamente, uma das tribus que estão nas vizinhanças da Colonia Militar do Urucú, no principio do anno começou a assaltar com arrogancia as roças dos colonos.

Na noite de 26 de Março alguns colonos queixarão-se ao director da mesma colonia que os indios lhes tinham invadido suas plantações e as estavam devastando. O director mandou armar uma escolta e enxotar os ladrões.

Apenas os indios presentirão os soldados, atirarão algumas flexas que a ninguém offendirão. Os soldados respondirão descarregando as armas sobre os indios, que logo desaparecerão.

Consta que no dia seguinte encontrou-se rastilho de sangue pela picada que os infelizes tomárão, mas até hoje ignora-se se morreu algum e a que aldeamento pertencem. Temi represalias, mas até agora, digo mas até o presente nada mais houve por aquelle lado.

Em dias do mez de Dezembro, constou nesta povoação, que um trabalhador de nome Manoel Antonio, que seguia daqui para o Noreth, levando algum dinheiro ganho com o seu trabalho, fôra assassinado nas cabeceiras do Ribeirão do Poté pelos / (4) dous indios Jeronimo preto e Felipe Pégo. Começarão os boatos, cada qual o mais assustador; fallou-se, por exemplo, que os indios do Poté, Cracaton e Noreth, todos moradores hoje do Ribeirão do Poté, e que são numerosos, se tinham concentrado na matta do Noreth e se preparavão para resistir á prisão dos criminosos.

Os indios destas tribus são em numero muito crescido e dos que mais se tem avantajado em civilização. Já tem casas barreadas, plantações e criação de aves a animaes domesticos.

Alugão-se aos fazendeiros vizinhos aos preços, que, como já disse, arbitrei a 320 reis por dia que elles mesmos recebem.

No principio do anno os indios das aldeias mencionadas tiveram mais de cem trabalhadores, na estrada do Pote, e receberão os seus salarios em roupas, ferramentas e espingardas. Por esta occasião tive de observar com satisfação que esta pobre gente comeca-

va a ter constancia no trabalho. Alguns trabalharão muitos dias successivos para terem em pagamento uma espingarda, objecto este que muito aprecião, em prova de que reconhecem a superioridade que têm sobre as armas delles, sendo certo que este reconhecimento é um dos elementos da nossa segurança.

Portanto, é por isto mesmo que estas tribus (4v.) são das mais civilizadas e que até já fazem uso das armas de fogo, mais receei que com ellas houvesse qualquer rompimento em razão do assassinato de Manoel Antonio. E sabendo eu que os índios estimão muito quando recebem uma carta, escrevi logo aos dous capitães Poté e Braz requisitando a prisão dos dous criminosos. Qualquer pedaço de papel que se envia aos índios, partindo de pessoa qualificada, é recebido como uma carta e tido em muita consideração.

As minhas cartas e uma do subdelegado em exercicio, forão enviadas por Justiniano Pégo, que mora nas vizinhanças do Poté, e que gosa de estima dos selvagens. Pégo mandou um índio seu aggregado chamar os capitães Braz e Poté, entregou-lhes as cartas e persuadiu aos índios que devião satisfazer a requisição nellas contida, fazendo valer os immensos beneficios que os *nacknuks* tem recebido dos recentes moradores do Mucury. Expôz tambem, como se lhe tinha insinuado, as consequencias da recusa, fazendo ver que por ser muito amigo delles eu não queria mandar buscar soldados á Minas Novas para os obrigar á entrega dos assassinos.

O capitão Braz prometteu que os criminosos serião presos, e de facto, a 13 do corrente aqui apresentou-se com outro índio muito (5) influente de nome José Joaquim e mais 10, trazendo amarrado o criminoso Felipe, que entregou ao subdelegado da parte das tribus confederadas.

Foi uma scena que me commoveu. O capitão Braz era tio do assassino que vinha escoltar; trazia uma espingarda que pertencêra ao assassinado Manoel Antonio. Quando fez entrega do preso e os objectos apprehendidos chorava copiosamente. Tranquillisei o pobre selvagem, assegurando-lhe que não se matava o seu sobrinho, e que sómente ficava preso por algum tempo para sua emenda.

O capitão Braz me replicou que o sobrinho já estava arrependido do crime, porem que elle lhe tinha dito que era tarde. Quando a escolta do capitão Braz entrou em Philadelphia com o preso, aqui estava com a sua tribo o bom capitão Timotheo que aprovou muito o procedimento que tivemos.

Na fórma do regulamento, entreguei o índio Felipe ao subdelegado para ser processado, mas uno minhas rogativas ás do capitão Braz para que, no caso de ser condemnado o infeliz, V. Ex.^a interceda a favor delle perante o Governo Imperial, afim de que lhe seja perdoada a pena. Talvez, porém, conviesse que, perdoado fosse conduzido para alguma das companhia de artifices no Rio de Janeiro, com recomendação especial para se lhe ensinar algum officio, e faze-lo voltar regenerado e em termos de auxiliar a cathechese e civilisação dos seus desgraçados irmãos.

É o que tenho a levar ao conhecimento de V. Ex.^a á quem Deus Guarde. - Philadelphia 20 de Janeiro de 1861.

Illm.^o e Exm.^a Senr. Brigadeiro Manoel Alves de Toledo Ribas. Digno Director Geral dos Indios desta Provincia. - Augusto Benedicto Ottoni. - Director dos Indios do Mucury.//”

(Relatório do diretor dos índios do Mucuri à presidência da Provincia de Minas Gerais. 20 de janeiro de 1861. Códice n.º 897, Provincial, Arquivo Público Mineiro. Original ms.)

— 3 —

“Directoria Geral dos Indios em Ouro Preto 30 de Junho de 1870.

Illm.^o e Exm.^o Snr. Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex.^a na copia junta, o officio que na data de 13 do mez que hoje finda dirigio-me o Ten.e Cel Augusto Benedicto Ottoni, Director da 3.^a circumscripção dos Índios, tratando da reunião dos Indios em grande n.º nas visinhanças de Philadelphia, com a pretensão de vingarem a matança feita em sua gente no terreiro do fazendeiro Schroeder em o anno p.p., e pedindo sua exoneração do cargo que occupa, pela falta de segurança no Mucury, para onde não pretende mais voltar.

Informando a este respeito, cumpre-me dizer a V. Ex.^a que não venho na dimissão/pedida pelo d.º Te. Cel. Ottoni, a quem nesta data officio mostrando a necessid.e de sua continuação no m.º cargo, e fasendo ver que há pouco forão p.r V. Ex.^a tomadas as mais salutaes medidas, com a nomeação de um off.al de confiança para commandar a força que n'aquellas paragens tem de zelar e garantir a segurança e harmonia entre os indigenas. Deus G.ea V. Ex.^a Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dor. Agostinho José Ferreira Brettas, M. D. Vice Presid.º da Prov.^a. O Director Geral dos Indios Antonio Luis de Mag.^{es} Mosqu.^a”//

(SG4-04, Arquivo Público Mineiro. Cópia ms. f. 15-15v.)

“Directoria Geral dos Indios em Ouro Preto 30 de Junho de 1870.

Ill.^{mo} Snr. Tenho nas mãos o officio que V. S. dirigio a esta Directoria com data de 13 do mez que hoje finda, no qual, trasendo ao meo conhecimento as occurrencias nessa circunscripção com os indios, renova o pedido de dimissão do cargo que dignamente tem occupado. Em resposta cabe-me dizer a V. S. que não chegou-me ás mãos o off.^o de 24 de Setbr. ultimo, de que me falla, pedindo aquella dimissão, com a qual não posso convir attentos os bons serviços p.^r V.S. prestados á causa publica, esperando que continuará com a mesma dedicação no exercicio do seu cargo, dando mais uma prova de seu patriotismo. Quanto ao objecto de sua representação esta Directoria e os Ex.^{mos} Governos Geral e Prov.^{al} já tinham d'elle conhecimento, e desde logo/forão tomadas energicas providencias, taes como a nomeação do distincto Ten.e honorario do exercito Joaquim Bonifacio Ferreira da S.a que a 23 do corr.^o mez partio d'esta Cap.^{al} para o lugar do conflicto, e á disposição de quem se mandou pôr uma força de 40 praças da Guarda Nacional do Comd.^o Superior de Minas Novas. para zelar sobre a segurança publica e dos Indios, recommendando-se lhe mais que com prudencia e moderação busque captar a amisade dos Indios, chamando-os ao gremio da civilisação. Estou certo que, com as medidas tomadas pelo Ex.^{mo} Governo, se restabelecerá a ordem nessa circunscripção, e se dissiparão os receios de hostilidades dos Indigenas, podendo V.S. trazer ao meo conhecimento quaisquer outras medidas que entender dever serem tomadas em identicas conjuncturas. Deos G.^o a V.S. Illmo. Sr. Ten.^o C.^o Augusto Benedicto Ottoni, Dign.^{mo} Dir.^{or} da 3.^a circunscripção dos Indios do Mucury. O Dir.or G.al Antonio Luis de Magalhães Mosqueira.//

(SG4-04, Arquivo Público Mineiro. Cópia ms. f. 15v.-16)

“Directoria Geral dos Indios & 14 de Janeiro de 1871.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senr. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a o incluso officio de Ten.^o Com.^o do Destacamento de Philadelphia Joaquim Bonifacio Ferreira da Silva datado de 10 de Dezembro ultimo. Da leitura deste documento V. Ex.^a se convencerá m. da cumplicidade do Com.^o militar da Colonia do Urucú no massacre de 30 de junho do anno passado no Ribeirão das Lages, bem como das arbitrariedades que continua a praticar retendo no carcere da Colonia huma familia indianna privada de tudo, e do que mais, da liberdade tendo já fallecido hum dos encarcerados acabrunhado pela dôr occasionada por tantas desgraças!! Nos meos officios dirigidos ao Governo Provincial e Imperial tenho dito tudo, tenho exposto com a verdade desnudada o estado lastimoso, em que se achão actualmente os Indios do Mucury, cuja sorte de benevolencia e favores quando existia a companhia de colonisação dirigida pelo senador Ottoni se transformou na de perseguição e azares desde que ella foi encampada, e deixou de existir. Tambem importa ao serviço publico huma carta da mesma data que recebi do Ten.^o Joaquim Bonifacio Ferreira da Silva queixando-se da falta de pagamento a elle e ao destacamento o que torna prejudicial a disciplina da guarnição tanto mais pôr ser em hum lugar falto de recursos. Devo dizer mais a V. Ex.^a que este official fará grande falta se fôr substituido no Commando'daquelle destacamento, principalmente nas actuaes circumstancias. Este distincto official, sendo hum sargento do Corpo Policial foi promovido ao posto de Ten.^o honorario do Exercito e condecorado pelo seo valor, comportamento e bôa conta, que dêo sempre das commissões de que era encarregado. Deus Guarde a V. Ex.^a Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senr D.r Antonio Luiz Affonso de Carvalho, M. D. Presidente da Provincia. - O Director Geral, Antonio Luiz de Magalhães Mosqueira.//”

(SG4-04 - APM. Cópia ms., f. 29v-30)

“Directoria Geral dos Indios. Ouro Preto 2 de Maio de 1872. Ill.mo e Rev.mo Senr. - Tenho presente as duas participações de V. Rev.^{ma}, a primeira datada da cidade do Serro a 9 do mez que findou, a segunda escripta do Pessanha a 16 do mez. Na de 9 V. Rev.^{ma} me communicava que corria o boato de terem os indios do Cap.^m Gerum se batido com outrôs junto as aguas de S. Matheus, resultando d'este conflito trinta e tantos mortos, porem que esta noticia carecia de confirmação; que muitos indios das mattas do Pessanha e de Joannesia tinham n'aquelles dias se externado uns até S. Miguel e Almas, outros até S. Sebastião de Correntes, tendo V. Rev.^{ma} aproveitado o serviço d'estes ultimos para limpar a nova estrada que do Serro vai para S. Matheus; que enviára o interprete Antonio Pinto da Costa a entregar os meos officios, que V. Rev.^{ma} levava para os Directores das Circunscipções do Cuiethé, Joannesia e Itabira; lembrava também a urgencia de se tratar quanto antes da medição das terras pertencentes ao aldeamento da Immaculada Conceição, attendendo-se ao grande número de emigrantes que se apromptão para se apossarem dos terrenos circumvizinhos da estrada e que o Engenheiro que alli havia queria um honorario de 400\$ por mez para fazer este trabalho; V. Rev.^{ma} lembrava mais a necessidade de ir uma ordem á collectoria do Serro, para esta satisfazer mensalmente, como ficou tratado com o Ex.^{mo} Senr. D.r Portella, não só o seo vencimento, como tambem o de Frei Joaquim; na de 16 V. Rev.^{ma} trazia ao meo conhecimento e pedia providencias para o costume barbaro de muitas pessôas incitarem os indios á pirataria dos filhos, uns dos outros, para os comprar a troco de insignificantes objectos. A sua primeira participação levei por copia ao conhecimento do Governo Provincial exigindo as medidas pedidas por V. Rev.^{ma} e mais quatro centos mil reis mensaes pela Collectoria do Serro para que V. Rev.^{ma} não se achasse em difficuldades para pagar os jornaes convenconados e outras dispezas & Pela Thesouraria da Fazenda já se expedio ao Collector da dita Collectoria ordem para o pagamento mensal tanto de V. Rev.^{ma} como de Frei Joaquim. N'esta data remetto ao T.e C.^{el} Augusto Benedicto Ottoni, outra ordem sobre a mesma collectoria para entregar a V. Rev.^{ma} 400\$000 em Junho em que se fecha o anno financeiro, ficando a meo cuidado promover a continuação d'esta assistencia devendo V. Rev.^{ma} regular ahi as suas dispezas com jornaes e materiaes de sorte que não exceda mensalmente esta quota. Quanto a demarcação dos limites do novo aldeamento não/posso agora dar uma resposta por que espero solução do Governo: entretanto V. Rev.^{ma} está autorizado tanto pelo Governo, como tambem por esta Directoria para escolher o melhor lugar e o designar, procedendo desde logo a inauguração da povoação e as obras, por que o Engenheiro irá depois demarcar as balizas nas extremas das 9 leguas quadradas que deve ter. Responddendo a sua participação de 16 feita já no Pessanha, cumpre que V. Rev.^{ma} faça sentir aos moradores d'essas mattas a gravidade de tal procedimento, que importa o mesmo que reduzir a escravidão

pessoa livre, com circunstancias aggravantes, e iogo que o Aldeamento tiver accomodações para os receber. convem reclamar os do poder, seja de quem fôr, e no caso de recusarem. V. Rev.^{ma} chame em seo apoio a intervenção do Director da Circunscipção a que pertencer o menor ou das autoridades judicciarias, que se fará promptamente a entrega, dando a esta Directoria conta de tudo. No § 28 do art.º V. Rev.^{ma} encontrará a autorisação para exercer esta vigilancia. Esta Directoria conta que tanto V. Rev.^{ma} como seo digno companheiro Frei Joaquim farão todos os esforços para consolidar este grande estabelecimento dedicado a gloria de Deus e de sua Immaculada Mãe e para os auxiliar fará também quanto estiver da sua parte. - Deus Guarde a V. Rev.^{ma} por muitos annos. - Ill. e Rev.^{mo} Senr. P.^e M.^{re} Frei Virgilio d'Amblar Director do Aldeamento Central da Immaculada Conceição do Rio Doce. - O Director Geral Antonio Luiz de Magalhães Musqueira.//”

(SG4-04 - APM. Cópia ms., f. 82-83.)

SUMMARY

The author tries to demonstrate the rise and fall of a people during a century - 1808-1978 - since their first contacts with the white man, the “civilized” one-soldiers, pioneers, missionaries - and the result of experiences like attraction and pacification of the generally named *Botocudos* from the State of Minas Gerais, Brasil.

The *Botocudos* have suffered one of the most inhuman treatments from the civilized man during the process of hinterland's occupation, the *sertão*. From the middle of the XIXth. century up to the beginning of the XXth. the historical evidence shows us how hard and violent has the repression been in that region. Despite these facts the *Botocudos* have still been living.

MARCATO, Sonia de Almeida. A Repressão contra os botocudos em Minas Gerais. *Boletim do Museu do Indio: Etno-História*, Rio de Janeiro (1) : 1-55, mai. 1979. il. Bibliografia.

CDU: 39(091)
39(815.1 — 1-82)
MUSEU DO INDIO, Rio de Janeiro.
t.

REMANESCENTES KRENAK (1978)



CRIANÇAS KRENAK



O KRENAK JOSÉ ALFREDO
DE OLIVEIRA (32 ANOS), MULHER
E FILHA

JOAQUIM IZIDORO CRENAQUE
(68 ANOS)



MARINALVA,
6 ANOS, PAI
E MÃE KRENAK



MARIA SONIA CRENAQUE (33 ANOS)
A FILHA ALZIRA (10 MESES,
PAI XERENTE)